

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FABIANE CECATTO

AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DE
CAXIAS DO SUL PARA ATENDER/TRABALHAR COM
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Ms. - Tarcísio Neves
da Fontoura.

CAXIAS DO SUL

2012

FABIANE CECATTO

**AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DE
CAXIAS DO SUL PARA ATENDER/TRABALHAR COM
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.**

Monografia apresentada como
requisito para a obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Ms. – Tarcísio
Neves da Fontoura

Aprovado (a) em 23/11/2012

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Tarcísio Neves da Fontoura
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. (Titulação - Esp. Ms. ou Dr. – e nome do professor examinador/banqueiro)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. (Titulação - Esp. Ms. ou Dr. – e nome do professor examinador/banqueiro)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia as pessoas mais importantes da minha vida: meu marido Cristiano, meus pais Olimpio e Joceli, meus irmãos Izael e Daniel e minha amiga Claudenise que confiaram no meu potencial para esta conquista. Não conquistaria nada se não estivessem ao meu lado. Obrigada, por estarem sempre presentes em todos os momentos, me dando carinho, apoio, incentivo, determinação, fé, e principalmente pelo amor de vocês.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Ms. Tarcísio Neves da Fontoura, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial ao meu marido Cristiano Bastilha Ramos, meus pais, Olimpio Cecatto e Joceli Albani Cecatto, que de uma forma especial e carinhosa me deram força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. E, principalmente, a minha amiga Claudenise Maristela Fries pela sua competência teórica, política e técnico operativa que de uma forma especial me deu apoio e força para que este trabalho fosse realizado com sucesso.

PENSAMENTO

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota.

Theodore Roosevelt

RESUMO

O Terceiro Setor tem crescido significativamente nos últimos anos, pois além do papel social historicamente desempenhado, vem assumindo cada vez mais demandas não atendidas pelo Estado. Assim, as organizações sem fins lucrativos, conseqüentemente, vêm se adaptando as exigências burocráticas implicadas, assumiram a responsabilidade de captar recursos para sua sobrevivência e gerenciar a execução das ações. Para isso, através de projetos sociais, unem-se por meio de diferentes parcerias com empresas, governo entre outras possibilidades existentes que viabilizem os propósitos de sua atuação. Deste modo, vem sendo cada vez mais exigidas das entidades uma atuação eficiente, clareza quanto a aplicação dos recursos e confiabilidade. Nesse sentido, torna-se relevante as práticas de contabilidade, uma vez que os beneficiários e doadores cobram prestação de contas e resultados efetivos, tais como em outras empresas prestadoras de serviços. Apesar disso, parte-se do pressuposto de que as organizações do Terceiro Setor representam uma fatia de mercado ainda pouco explorada por profissionais da Contabilidade, vislumbrando assim a importância da atuação competente exigida neste espaço face às particularidades que abarca o trabalho destas organizações. Diante disso, busca-se analisar a capacitação dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul para trabalhar com essa crescente demanda que ainda não foi explorada com propriedade. Portanto, procura-se também apreender por meio de uma amostragem, o conhecimento que os alunos possuem em relação a atuação da Contabilidade no Terceiro Setor, bem como em relação a outros conhecimentos implicados. Enquanto subsídio teórico, o estudo aborda aspectos relevantes para explicitar a especificidade da atuação da Contabilidade no Terceiro Setor, trazendo elementos importantes como conceitos, características, práticas de contabilidade e prestação de contas. Através dos resultados apresentados, pretende-se explicitar as possibilidades vislumbradas para uma atuação competente da Contabilidade no Terceiro Setor, este conhecimento específico já vem sendo apropriado pelos profissionais e ainda, se este conhecimento vem sendo promovido no decorrer da formação acadêmica.

Palavras-chaves: Terceiro setor. Práticas contábeis. Prestação de contas. Acadêmicos. Profissionais contábeis. Particularidades. Conhecimento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das hipóteses com o questionário	18
Quadro 2 – Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos.	26
Quadro 3: Impostos relativos à isenção tributária:.....	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Idade dos Acadêmicos	46
Figura 2: Gênero dos Acadêmicos	47
Figura 3: Semestre que os Acadêmicos Estão Cursando	48
Figura 4: Local onde os acadêmicos estão cursando Ciências Contábeis.....	48
Figura 5: Local de Trabalho dos Respondentes	49
Figura 6: Terceiro Setor.....	51
Figura 7: Contabilidade para o Terceiro Setor.....	52
Figura 8: Interesse por Disciplina ou Pós Graduação.....	53
Figura 9: Conhecimento novas leis do Terceiro Setor.....	54
Figura 10: Contabilidade de Atividades Especiais.....	55
Figura 11: Terceiro Setor x Disciplina Contabilidade de Atividades Especiais – Acadêmicos que já cursaram a disciplina.....	56
Figura 12: Contabilidade para 3º Setor x Disciplina Contabilidade de Atividades Especiais – Acadêmicos que já cursaram a disciplina	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de conhecimento dos acadêmicos	58
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
CCM - Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CGM - Controladoria Geral do Município
CIM - Controle Interno do Município
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional da Assistência Social
CNPJ - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DUP - Declaração de Utilidade Pública Federal
ESFL - Entidades Sem Fim Lucrativos
F A S - Fundação de Assistência Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN- Instrução Normativa
MEC - Ministério da Educação
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG's- Organizações não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCs - Organizações da Sociedade Civil
PIS - Programa de Integração Social
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RS - Rio Grande do Sul
SAT - Seguro de Acidente do Trabalho
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
UCS - Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
1.2.	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.3.	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES.....	15
1.4.	OBJETIVOS.....	16
1.4.1.	Objetivo geral	16
1.4.2.	Objetivos específicos.....	16
1.5.	METODOLOGIA	17
1.6.	ESTRUTURA DO ESTUDO.....	19
2.	TERCEIRO SETOR	21
2.1.	CONCEITO	21
2.2.	ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS	25
2.3.	LEGISLAÇÃO	27
2.4.	ARTICULAÇÃO EMPRESAS, GOVERNO E TERCEIRO SETOR	32
2.5.	PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	33
2.6.	CONTABILIDADE PARA O TERCEIRO SETOR.....	37
2.7.	OS DESAFIOS PARA O TERCEIRO SETOR E A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE.....	41
3.	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	45
3.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	45
3.2.	SELEÇÃO DA AMOSTRA	45
3.3.	COLETA DE DADOS.....	45
3.3.1	Critérios de avaliação	45
3.4.	RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....	46
4.	CONCLUSÕES.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62
	ANEXO A: QUESTIONÁRIO DE COLETA DOS DADOS	66
	ANEXO B: DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONVENIAR COM ÓRGÃO PÚBLICO (LEI N.º 8.666/93).....	68
	ANEXO C: PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO DO RECURSO.....	75
	ANEXO D: PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	78

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Com a revolução tecnológica e a globalização, vem ocorrendo inúmeras mudanças sociais, econômicas e culturais, de ordem mundial. Diante disso, o desenvolvimento de competência é o elemento indispensável e necessário à formação das diferentes áreas, precisa-se estar cada vez mais preparado e capacitado a fim de atender ou trabalhar com realidades que se desconhece.

A maioria dos trabalhos de conclusão de cursos acadêmicos de Ciências Contábeis, acabam tendo por objetivo essencialmente pesquisas dentro das empresas como por exemplo: pesquisa de preço de venda, departamento pessoal, satisfação dos clientes, melhorar processos e propor soluções, satisfação do contador na profissão, etc. Ou seja, praticamente temas voltados somente para empresas onde há geração de lucros.

No entanto, constatou-se que poucos acadêmicos e a universidade buscam aprofundar sobre realidades que desconhecem, a forma de como é elaborada a contabilidade em organizações onde não existe lucro, nas mais diferentes entidades que formam o Terceiro Setor, tais como: fundações, associações, institutos, entre outras que atuam em demandas sociais. A atuação das organizações do Terceiro Setor vem crescendo em face de uma crise de legitimidade do Estado, de sua incapacidade de financiar e dar respostas efetivas as demandas sociais, necessitando assim, das entidades que geralmente utilizam recursos privados ou parcerias com o próprio Estado como forma de manter e gerir suas finalidades.

Conforme referido anteriormente, a maioria dos acadêmicos procura se especializar em atividades que geram lucros, em empresas privadas, não identificando outras possibilidades, como o da atuação nas instituições que formam o Terceiro Setor. Isso ocorre, muitas vezes, por não possuir conhecimento da relevância deste trabalho na instituição, destacando-se a própria falta de incentivo das universidades sobre este assunto, até mesmo por estarmos localizados numa região onde predomina o pólo metal-mecânico.

Nos dias de hoje, as universidades brasileiras estão passando por desafios constantes, salientando-se que a inovação é um desses desafios, sendo fundamental, portanto, permanentemente apreender as novas possibilidades que permitem oportunidades, especialmente, que proporcionem um diferencial de

mercado. Assim, para não haver desvantagem na competitividade profissional, concorda-se com Voorwald (2010, p.28):

O desafio da universidade brasileira não está apenas em ampliar a formação superior para o mercado de trabalho, mas fazê-lo com qualidade, pois, sem isso, nosso setor produtivo rumará para a obsolescência e a desvantagem na competitividade. E o desafio da competitividade está também em promover a inovação. Para isso, o avanço na produção científica e tecnológica é fundamental na academia, da mesma forma que o envolvimento do empresariado na pesquisa e desenvolvimento.

Essa realidade exige dos acadêmicos de Ciências Contábeis uma maior preparação e qualificação profissional para atender essas organizações. Nessa perspectiva, tem-se que:

É crescente o número de instituições que congregam pessoas dedicadas à prestação de serviços, sem finalidade lucrativa, voltados à comunidade. As entidades de interesse social ou do Terceiro Setor, como são conhecidas, além da expansão numérica também têm se especializado bastante, exigindo de nós, contabilistas, a cada dia, serviços contábeis mais qualificados, abrangentes e, em muitos casos, específicos, a fim de atender à demanda do segmento. (ANDRADE et al, 2003, p. 3)

Assim, esta pesquisa busca identificar e demonstrar como é elaborada a contabilidade em organizações que não geram lucros, sua peculiaridade, bem como a necessidade de repensar uma forma para que atenda de maneira mais eficiente o Terceiro Setor dentro do curso de Ciências Contábeis. Para isso, propõe-se trazer o conceito sobre Terceiro Setor e desmistificar o que tange a prestação de serviço público não governamental. Através de novas categorias reveladas a partir da pesquisa descritiva e através do questionário utilizado para o levantamento de dados, busca-se reavaliar a base teórica que predomina nas Ciências Contábeis e trazer novos elementos e conceitos para subsidiar a investigação.

O estudo torna-se relevante, pois visa confirmar a hipótese de que, para entender e obter um conhecimento mais amplo de como é elaborada a contabilidade de organizações do Terceiro Setor, é necessário, além de disciplinas específicas, que haja efetiva prática nas aulas e avaliações, para poder desenvolver essa importante habilitação na formação do contador.

Faz-se necessário dar-se conta de que as entidades que formam o Terceiro Setor, além do seu papel social desempenhado nas demandas não atendidas pelo

Estado, desempenham um significativo papel na economia, o de gerar trabalho e renda. Portanto, além dos recursos financeiros é necessária uma integração articulada das partes interessadas e comprometidas com as parcerias do governo, somando-se talento e qualificando o gerenciamento (organização da gestão).

Tendo em vista que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) vem crescendo de forma acelerada, surgem algumas perguntas, tais como: Onde está o contador nesse contexto? Qual sua importância e relevância para essas organizações? É necessária capacitação específica para atender essa crescente demanda? As universidades estão preparando os acadêmicos para atender realidades que desconhecem? Por que o Terceiro Setor possui essa configuração? Como é elaborada a contabilidade nessas organizações? Os acadêmicos de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS) têm interesse em profissionalizar-se nesse setor?

Portanto, existem muitas questões a serem esclarecidas, busca-se trazer algumas respostas por meio da investigação que se propôs realizar. Diante disso, entende-se que o tema apresentado é de imensa importância tanto para fins acadêmicos, científicos e profissionais, justificando-se a realização desta pesquisa.

1.2. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A escolha e definição do tema e o problema de pesquisa foram delimitados a partir da necessidade de identificar o porquê que as universidades precisam preparar os estudantes para realidades das quais eles não fazem parte, pois é relevante visar o futuro e não somente o presente¹. Sendo assim, chama muito a atenção o fato dos cursos de Ciências Contábeis fazerem pouca menção a contabilidade para organizações do Terceiro Setor e, pela especificidade e complexidade que abarca, os acadêmicos conseqüentemente ainda não estão sendo preparados para atender a essa crescente demanda. Isso pode significar perder um campo importante de atuação. Sendo assim, têm-se condições de obter parâmetros para avaliar se os acadêmicos possuem interesse em trabalhar nesse

¹ Uma autoridade acadêmica da UCS esteve certa vez na Universidade de Frankfurt (Alemanha), e recebeu uma informação de que os alunos dessa universidade alemã não se ocupavam de problemas atuais, e sim de problemas que não existem ainda. Segundo essa informação, preparar profissionais para os problemas de hoje é assumir o desejo de torná-los obsoletos no instante de tempo seguinte, uma vez que precisam ser preparados para o futuro, não para o presente. Pois na sociedade a cada instante são criadas novas necessidades e a realidade se modifica constantemente.

espaço e se teriam dificuldades caso se inserissem neste mercado, sem um aprofundamento teórico-prático.

Desta forma, o estudo partiu do seguinte ponto: Devido à peculiaridade que a contabilidade tem mediante organizações do Terceiro Setor, de que forma os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul, estão sendo preparados e capacitados para atender esta demanda que vem crescendo significativamente?

Sabe-se que o processo de reestruturação produtiva em curso acarretaram e ainda acarretam mudanças significativas na forma como se organiza o mercado de trabalho, mudanças estas que vem repercutindo num crescimento dos índices de desemprego e precarização do emprego. É neste cenário que se constitui os desafios, pois tem-se um mercado cada vez mais exigente, mas também, concomitante a este processo, novas possibilidades de atuação, com espaços ocupacionais que ainda não foram explorados. É fundamental captar de forma antecipada as tendências da realidade e adequar-se as oportunidades, que inevitavelmente requisitam a reavaliação da formação acadêmica.

1.3. HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

Segundo Köche (2007, p. 108) hipótese é “a explicação, condição ou princípio, em forma de proposição declarativa, que relaciona entre si as variáveis que dizem respeito a um determinado fenômeno ou problema”. Conforme o problema levantado na pesquisa, têm-se as seguintes hipóteses:

H1: A crescente atuação do Terceiro Setor no âmbito social institui novas leis e requisitos para o funcionamento das entidades e traz novos desafios para o cumprimento burocrático das mesmas. Portanto, o que exige que haja preparação de profissionais que respondam a essa crescente demanda, incluindo neste o profissional da contabilidade?

H2: Para a contabilidade não há legislação específica e definida como sendo para as organizações do Terceiro Setor sendo necessário então, adaptar procedimentos e nomenclatura nos demonstrativos contábeis. O que faz com que os profissionais contadores possam fazer essa adaptação?

H3: As organizações sem fins lucrativos representam uma fatia de mercado ainda pouco explorada por profissionais da contabilidade, vislumbrando assim a importância da atuação competente exigida neste espaço face às particularidades

que a abarca o trabalho dessas organizações. Diante disso, é necessário reavaliar a formação acadêmica, incorporando neste os conhecimentos necessários (teórico-práticos) na formação para uma atuação competente no terceiro setor, bem como ainda, promover especializações com a finalidade de suprir esta lacuna.

H4: O mundo vem quebrando antigos padrões de comportamento, impondo novas regras, que precisam ser assimiladas e adequadas as diversas áreas profissionais. Para que o profissional contábil suporte os desafios que se sucedem, urge o esforço no sentido de evoluir os conhecimentos como ferramenta indispensável do ser humano no processo de geração de informação contábil. No contexto do Terceiro Setor como, diante dessa nova realidade, a universidade está atuando e qualificando os acadêmicos?

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo geral

Identificar se o acadêmico do Curso de Ciências Contábeis está capacitado e habilitado para atuar no espaço do Terceiro Setor.

1.4.2. Objetivos específicos

- Obter parâmetros em relação aos conhecimentos dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis sobre os conteúdos específicos necessários para atuação profissional no Terceiro Setor;

- Abordar sobre a legislação específica na área da assistência social e como vem sendo empregada;

- Apontar possíveis defasagens existentes no curso de graduação de Ciências Contábeis para a formação necessária e a atuação eficiente no Terceiro Setor;

- Propor medidas que podem resultar em reavaliação ou readaptação do projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis com disciplina eletiva, bem como especializações que abranjam os conteúdos específicos para atuação no Terceiro Setor;

- Apresentar gráficos que ajudem no entendimento do resultado que será obtido pelo questionário;

- Produzir um conhecimento, a fim de gerar elementos teóricos para ampliar a discussão sobre as questões abordadas e relevantes para atuação profissional do Contador e

- Validar, ou não, as hipóteses.

1.5.METODOLOGIA

Para que este trabalho atinja os objetivos gerais e específicos, o tipo de pesquisa utilizada para esse estudo pode ser definida como uma pesquisa descritiva, pois foram utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados, com a utilização e aplicação do questionário, sendo este analisado com base no referencial teórico adotado. Os autores Thomas, Nelson, Silverman (2007, p. 29) afirmam que:

O tipo de pesquisa que se classifica como descritiva, tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo.

Quanto ao procedimento de pesquisa, realizou-se a coleta de dados em campo através da aplicação do questionário o qual foi direcionado para uma amostragem de 299 entrevistados, sendo estes acadêmicos de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul, com o critério de que deveriam estar cursando o 6º, 7º 8º e 9º semestre. A fim de formar dados empíricos, para a produção das conclusões da pesquisa, foram confrontados esses dados com as evidências teóricas levantadas na literatura, bem como confrontados também com as questões de pesquisa e hipóteses iniciais.

Os recursos utilizados para construção da pesquisa foram elaborados a partir da pesquisa bibliográfica, que segundo Köche (2010, p.122) “é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Ou seja, o objetivo da pesquisa bibliográfica é de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema ou problema e com isso ser utilizada como um instrumento para a realização da pesquisa. A proposta de pesquisa quanto à abordagem configura-se como natureza qualitativa. Duarte (2002, p.141) afirma que:

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado.

Os dados foram coletados através de obras já editadas que abordam sobre o tema em estudo (obtidos de livros, revistas científicas, teses e relatórios científicos) onde contém informações relacionadas a contabilidade do Terceiro Setor e outros assuntos similares ao tema pesquisado.

Na ilustração a seguir, exhibe-se a relação existente entre as perguntas do Anexo A (Questionário de coleta de dados) e as hipóteses, ou seja, procura-se demonstrar a forma de testar as hipóteses iniciais através do instrumento do questionário.

Quadro 1 – Relação da hipótese com o questionário

Hipóteses iniciais	Questões que buscam testar cada hipótese inicial
H1: A crescente atuação do terceiro setor no âmbito social institui novas leis e requisitos para o funcionamento das entidades e traz novos desafios para o cumprimento burocrático das mesmas. Portanto, o que exige que haja preparação de profissionais que respondam a essa crescente demanda, incluindo neste o profissional das ciências contábeis?	6, 9
H2: Para a contabilidade não há legislação específica e definida como sendo para as organizações do terceiro setor sendo necessário então, adaptar procedimentos e nomenclatura nos demonstrativos contábeis. O que faz com que os profissionais contadores possam fazer essa adaptação?	7
H3: As organizações sem fins lucrativos representam uma fatia de mercado ainda pouco explorada por profissionais da Contabilidade, vislumbrando assim a importância da atuação competente exigida neste espaço face às	5, 8

<p>particularidades que a abarca o trabalho dessas organizações. Diante disso, é necessário reavaliar a formação acadêmica, incorporando neste os conhecimentos necessários (teórico-práticos) na formação para uma atuação competente no Terceiro Setor, bem como ainda, promover especializações com a finalidade de suprir esta lacuna.</p>	
<p>H4: O mundo vem quebrando antigos padrões de comportamento, impondo novas regras, que precisam ser assimiladas e adequadas as diversas áreas profissionais. Para que o profissional contábil suporte os desafios que se sucedem, urge o esforço no sentido de evoluir os conhecimentos como ferramenta indispensável do ser humano no processo de geração de informação contábil. No contexto do Terceiro Setor como, diante dessa nova realidade, a universidade está atuando e qualificando os acadêmicos?</p>	<p>10, 11</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor deste Trabalho

1.6. ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo, apresenta-se todas as etapas que compõem a pesquisa, trazendo primeiramente a contextualização do estudo, no qual de forma sintética introduz-se os elementos essenciais para compreender o norte da pesquisa, situando o Terceiro Setor e a relevância da atuação da contabilidade neste espaço. Em seguida, traz-se o tema e o problema de pesquisa, com a finalidade de delimitar o estudo explicitando o que se pretende e deseja verificar através deste. Segue-se com as hipóteses que foram levantadas mediante as respostas provisórias inferidas para a questão de pesquisa. Ainda neste capítulo, traz-se o objetivo geral e os específicos a serem alcançados e conclui-se o capítulo com a metodologia utilizada, explicitando neste o tipo de pesquisa, a forma de coletas de dados, a amostragem e o procedimento utilizado para a testagem das hipóteses da pesquisa.

No segundo capítulo, é realizada a revisão da literatura, abordando inicialmente alguns conceitos do Terceiro Setor, tendo em vista explicar como este se constitui na estrutura da sociedade, sua finalidade e funções que desempenham. Complementando essa perspectiva, trazem-se as origens dos recursos financeiros e materiais do referido setor, com o objetivo de demonstrar que os contadores

precisam estar preparados com serviços contábeis cada vez mais qualificados para atender a essa crescente demanda, segue-se trazendo a legislação específica que da legalidade para o funcionamento do Terceiro Setor. Além disso, traz-se sobre a articulação entre empresas, governo e Terceiro Setor, tendo em vista a relevância desta articulação para qualificar o trabalho das OSCs. Conclui-se o capítulo trazendo particularmente a contabilidade para o Terceiro Setor e os principais desafios que essas entidades enfrentam e a contribuição da contabilidade nesse espaço.

No terceiro capítulo, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa. Mediante a utilização de tabelas, gráficos e análise dos dados, busca-se demonstrar a visão que os acadêmicos possuem em relação à formação contábil para atender a entidades do Terceiro Setor, seu nível de conhecimento em relação a este assunto, bem como, sua preparação profissional para trabalhar com realidades que não façam parte de seu dia-a-dia. Compara-se a visão constatada nos questionários com as hipóteses e com o referencial teórico desenvolvido.

No quarto e último capítulo, tem-se a conclusão. Neste, refere-se o conteúdo de forma conclusiva quanto aos resultados obtidos, especialmente sobre a intenção da pesquisa, que foi de avaliar se os acadêmicos do curso Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul estão preparados e capacitados para atender/trabalhar com organizações do Terceiro Setor.

2. TERCEIRO SETOR

2.1. CONCEITO

A economia brasileira é caracterizada por três setores: primeiro, segundo e terceiro setor. No primeiro setor está o governo, que cumpre a função administrativa dos bens públicos e que deve promover o bem comum em todas as suas esferas de governo: Municipal, Estadual e Federal. O segundo setor compreende as empresas privadas, que visam o lucro o qual é dividido pelos investidores como remuneração. O Terceiro Setor identifica-se com uma terceira forma de redistribuição de riqueza, diferente do Estado e do mercado. É representado pelas entidades sem fins lucrativos, que produzem bens e serviços de caráter público, como por exemplo: associações, organizações filantrópicas beneficentes e de caridade, Organizações não Governamentais (ONG's), fundações privadas, organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entre outras.

Desta forma, pode-se dizer que o Terceiro Setor é uma mistura de princípios públicos e privados e, portanto constitui outro mecanismo redistribuidor de riqueza. As ações do Terceiro Setor partem da sociedade civil e geralmente obedecem à lógica do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, das concepções morais e religiosas etc.

Em nosso país, o Terceiro Setor se fortalece nos anos noventa, especialmente quando vai tomando maior dimensão os conceitos da responsabilidade social das empresas e também decorrente da trajetória dos movimentos sociais que representaram o fortalecimento de um senso de cidadania.

Contudo, trazendo resumidamente alguns pontos na trajetória histórica do Terceiro Setor no Brasil, tem-se que entre o período imperial e a 1ª República, o país era constitucionalmente vinculado à Igreja Católica. Assim, a utilização dos recursos, principalmente o privado, passava por seu crivo. Exemplo de instituições dessa época foram as Santas Casas entre outras que atuavam essencialmente nas áreas de saúde e previdência. Vinculam-se às ações sociais desenvolvidas, à época, expressões tais como mutualismo, benemerência e outras ainda hoje utilizadas, tais como, assistencialismo, caridade etc.

Entre a Revolução de 1930 até 1960 têm-se um momento bem demarcado no país, que foi a urbanização e a industrialização, constituindo-se a atuação da nova elite econômica. Neste contexto, o Estado passa a ser o único portador do interesse

público, com o Estado Novo. Em 1935, no governo do presidente Getúlio Vargas, editou-se, a primeira lei brasileira que regulamentava as regras para a declaração de Utilidade Pública Federal, o qual especificava que as sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país deveriam ter o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Em 1938, paralelamente à atuação do Estado, surgiram ações filantrópicas a partir de senhoras de famílias economicamente privilegiadas.

A partir de 1960 até a década de 70 no contexto em que exacerbou-se a resistência à ditadura militar, houve concomitante a isso o fortalecimento da sociedade civil. Particularmente, enquanto o regime autoritário restringia e cerceava a participação popular na esfera pública, fomentava-se microiniciativas na base da sociedade, surgindo os movimentos comunitários de apoio e ajuda mútua, voltados à defesa de direitos e à luta pela democracia. Neste contexto fértil de mobilização, tem-se uma atmosfera que favoreceu a junção da solidariedade com a cidadania, representadas em ações de organizações não-governamentais (ONGs) de caráter leigo, tendo como ênfase a dupla proposta: combater a pobreza e combater o governo militar ditatorial. Assim, multiplicaram-se as ONGs a partir dos anos 70, gerando assim o embrião do Terceiro Setor. Na transição da ditadura militar para um regime democrático a sociedade brasileira começou a experienciar seus direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Mediante o avanço da redemocratização e as eleições diretas para todos os níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado.

Nos anos 90 surge então, um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade. Formalmente o Estado começa a reconhecer as organizações não governamentais, passando a valorizar formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, que as qualificam como parceiros e interlocutores das políticas governamentais. Passou então a estreitar-se as relações entre mercado e as organizações sem fins lucrativos, havendo um interesse mútuo, especialmente com ênfase nas áreas social, ambiental e cultural. O termo cidadania passou a fazer parte do discurso do empresariado e a expressão responsabilidade social surgiu mediante a intervenção social empresarial, alicerçada em um Código de Ética definidor de parâmetros de conduta das empresas com seus públicos (*stakeholders*). Este processo surge intimamente afinado com ações "de negócio"

de uma agenda voltada a investimentos sociais privados, de cunho ético e em benefício da sociedade. Decorrente disso, surgem expressões que são atualmente bastante conhecidas nesta área de atuação, como exemplo, as palavras parceria, cidadania corporativa, responsabilidade social, investimento social privado. E, em 1998, é regulamentada a Lei do Voluntariado.

Em 2001 a Organização das Nações Unidas (ONU) decreta o "Ano Internacional do Voluntário". Acontecem no Brasil, o I° e II° Fórum Social Mundial promovendo idéias alternativas de ação econômica e social, com perspectivas de avanços no desenvolvimento social e de superação às tradicionais práticas de caráter assistencialista, geradoras de dependência que marcaram historicamente a referida atuação. Conseqüentemente a isso, implementam-se políticas de proteção aos bens da humanidade, incluídas todas as formas de vida e sua preservação.

Num olhar mais crítico quanto à ampliação da atuação do Terceiro Setor no momento atual da sociedade, é considerado que este vem se intensificando devido ao declínio do Estado do Bem Estar Social (Welfare State) para um Estado Contemporâneo baseado em sua proposta Neoliberal, de não intervenção do Estado. Neste, as partes interessadas, ou seja, o setor privado, passa gradativamente a ter o comando das principais ações na área de infra-estrutura (transporte, saneamento, iluminação) e defesa do trabalhador (saúde, previdência e assistência). Assim, com todas essas alterações nas funções do Estado, há uma desresponsabilização deste com a sociedade, refletida na diminuição dos recursos destinados às políticas sociais e na transferência das áreas sociais para a esfera da sociedade civil.

Há autores que afirmam que o Terceiro Setor teria vindo para resolver um problema de dicotomia entre o público e o privado:

Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar respostas às demandas sociais. O terceiro setor seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: "o público porém privado", a atividade pública desenvolvida pelo setor privado, e/ou a suposta superação da equiparação entre o público e o Estado: o público não estatal, e seria também o espaço natural para a atividade social. (MONTANÕ, 2003, p. 54).

Entretanto, compreender o cenário das organizações que congregam o Terceiro Setor não é tarefa fácil, porque há uma diversidade muito grande de entidades que o integram. A compreensão, suas características, desafios, forma de

gestão, constitui um desafio primordial para todos que desejam atuar neste meio. Portanto, ressalta-se que as organizações do Terceiro Setor podem ser caracterizadas de muitas maneiras, sendo a mais comum e usual, levar em consideração as atividades que exercem. Nesse sentido, Hudson (2004, p. 11) acrescenta que: “a essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias”. Sinteticamente, pode-se dizer que o Terceiro Setor, é um espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados nesse processo.

As organizações classificadas no Terceiro Setor, por sua finalidade, possuem aspectos particulares que as diferenciam dos demais setores da economia. Para Coelho (2000, p.40) “[...] aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro [...] suas atividades visam o atendimento das necessidades coletivas e muitas vezes públicas.” Assim, as organizações que formam o Terceiro Setor vão além de gerar serviços de caráter público, geram mudanças e transformações sociais e culturais e vêm desempenhando papel de maior relevância na tutela nos planos local, regional, nacional e global. Para Drucker (1994, p.3):

Todas as instituições sem fins lucrativos tem algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada.

Pode-se dizer que o Terceiro Setor desempenha um significativo papel na economia, o de gerador de trabalho e renda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) existem no Brasil mais de 275 mil entidades privadas sem fins lucrativos, o que representa em torno de 5% do total de empreendimentos e 1,5 milhões de empregos no País.

Conforme explicitado, deve-se considerar que o Terceiro Setor configura-se dentro de um contexto social, político e econômico marcado pela complexidade, instabilidade e particularmente, no contexto contemporâneo da sociedade que passa por mudanças aceleradas, em um meio globalizado e de muito desenvolvimento

tecnológico e científico. Desta forma, considera-se que o significado do Terceiro Setor só pode ser compreendido dentro da conjuntura social, econômica e política que determinarão a sua composição no contexto contemporâneo. Nesta perspectiva, constata-se que diante das transformações ocorridas, determinaram ao Terceiro Setor novas exigências e novas diretrizes que trouxeram a necessidade de reordenamento da estrutura funcional e organizacional dessas instituições, principalmente necessitando realizar uma intervenção com maior eficácia, surgindo a necessidade então de ferramentas e instrumentos de gestão institucional e específica do Terceiro Setor.

2.2. ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

A Constituição Federal de 1988 concedeu ao Estado o poder de tributar e organizar a partilha entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Pelo cunho social de suas atividades, algumas atividades da economia podem ser concedidas regimes tributários especiais, que precisam ser incentivadas, pois complementam a atividade estatal. (ARAÚJO, 2006 p.33).

Frequentemente os recursos são advindos do setor público, do setor privado e de pessoas físicas. Azevedo (2007, p.12), considera que “as entidades do Terceiro Setor devem buscar ter o agente estatal como um parceiro estratégico, não apenas como meio de captar recursos.” Tachizawa (2002, p.15) identifica que:

Os recursos para organizações do Terceiro Setor são provenientes, principalmente, de comercialização de produtos e serviços, de órgãos governamentais federais e estaduais, empresas privadas, contribuições associativas, institutos empresariais, doações de indivíduos, entre outros.

Conforme estudo, identificaram-se as principais formas de captação de recursos, que são as contribuições, as doações e as subvenções.

1) As contribuições são receitas pecuniárias vindas de associados, empresas ou pessoas físicas que se comprometem, mensal, trimestral ou anual, com certa quantia, com valor fixo ou não, para colaborar com a manutenção da entidade, execução de uma obra ou atividade específica.

2) As doações são contratos unilaterais, porque envolve prestação de uma só parte, é gratuito, consensual e solene. Considera-se doação segundo Código Brasileiro, art. 538: “o contrato em que uma pessoa, por liberdade, transfere de seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.”

3) As subvenções são os abonos de determinada soma de dinheiro concedido pela administração pública ou governo. Existem duas formas das entidades receberem subvenções sociais. Uma delas, a subvenção ordinária que é periódica e a outra, a extraordinária que ocorre de forma esporádica. A subvenção ordinária é utilizada para subsidiar despesas de manutenção, folha de pagamento e materiais utilizados nas atividades sociais. Já a subvenção esporádica, geralmente é utilizada para atender projetos específicos como construção, ampliação e manutenção de bens e para realização de eventos e atividades não regulares. Como via de regra, conforme estabelecido pelos órgãos subventores, as duas formas estão sujeitas, à prestação de contas.

Quanto aos principais tipos de recursos públicos repassados pelo governo, para as entidades do Terceiro Setor, segundo o autor Montañó (2002, p.204) tem-se:

- a) Auxílios e contribuições;
- b) Subvenções sociais;
- c) Convênios, acordos ou ajustes;
- d) Contrato de gestão;
- e) Termo de parceria e
- f) Isenção de impostos.

Ainda na perspectiva dos recursos financeiros, apresenta-se o quadro utilizado por Olak e Nascimento (2010, p.10), contendo um resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos:

Quadro 2 – Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos.

1	Objetivos Institucionais	→	Provocar mudanças sociais (DRUCHER, 1994: XIV).
2	Principais fontes de recursos financeiros e materiais	→	Doações, contribuições, subvenções, e prestação de serviços comunitários.
3	Lucro	→	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim.
4	Patrimônio/Resultados	→	Não há participação/distribuição aos provedores
5	Aspectos Fiscais e Tributários	→	Normalmente são imunes ou isentas
6	Mensuração do Resultado Social	→	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente (SUMMERS e MOSCOVE, SIMKIN).

Fonte: Livro Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor).

Assim, diante da diversidade de entidades, das formas distintas de atuação, parte-se do pressuposto que a organização do Terceiro Setor é relativamente mais complexa do que uma organização empresarial, no tipo e variedade de serviços prestados, na relação com múltiplos públicos, na dependência de fontes variadas de recursos e outras dimensões.

Deste modo, a gestão organizacional das entidades gera uma reflexão sobre a emergência de um processo específico, com influências de modelos adotados por organizações estatais e privadas, aliada na busca de sustentabilidade. Isso implica a necessidade de diversificar fontes, desenvolver projetos de geração de receita, profissionalizar recursos humanos e voluntariado, atrair membros sócios das organizações, estabelecer estratégias de comunicação, avaliar resultados e desenvolver uma estrutura gerencial realmente eficiente (CARVALHO, FELIZOLA, 2009, p.18).

As entidades do Terceiro Setor como condição essencial de sobrevivência, necessitam assumir posturas mais profissionais de gestão. Isso, afeta diretamente as questões como a prestação de contas dos recursos utilizados pela entidade, dentre outras especificidades, de obter e manter atualizadas as certificações que dão legalidade ao seu funcionamento. Para tanto, considera-se que o conhecimento da legislação específica do Terceiro Setor, a captação de recursos e também a prestação de contas como aspectos fundamentais para o referido setor, qualificar seu trabalho e garantir a sustentabilidade do mesmo.

Portanto, ressalta-se o potencial da inserção do profissional da contabilidade para atuação competente. Nesta lógica explicitada, segue-se no próximo item, com aspectos relevantes da legislação da Política de Assistência Social.

2.3. LEGISLAÇÃO

Para que as entidades possam manter o funcionamento legal, necessitam cumprir as normas que as regulamentam, geralmente, isso é caracterizado por muitas exigências burocráticas. Pode-se dizer que uma parcela significativa das entidades do Terceiro Setor não consegue transpor as exigências, especialmente os registros e títulos em várias instâncias governamentais, dos quais são necessários para obter acesso aos títulos e benefícios a eles vinculados.

Conforme informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) destacam-se como sendo obrigatórios os registros nos três níveis de poder: federal, estadual e municipal. São estes:

- I. Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Estado);
- II. Receita Federal (União) - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III. Prefeitura (Município) - Obtenção do Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e do Alvará de Localização e Funcionamento;
- IV. Ministério do Trabalho (União) - Apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência (GFIP).

Os títulos e registros que podem ser obtidos junto aos órgãos públicos, variam de acordo com o tipo de atuação da entidade, podendo ser obrigatórios ou facultativos. É através destes títulos e registros que a entidade tem a possibilidade de receber subvenções sociais, auxílios ou doações. Para ilustrar, segue no Anexo B uma relação de documentos necessários para conveniar com órgão público do município de Caxias do Sul/Rio Grande do Sul (RS). Os registros, títulos e qualificações da área da Assistência Social, segundo mencionado por Azevedo (2004), são:

- I. Registro no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- II. Registro no Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS;
- III. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social;
- IV. Título de Utilidade Pública Federal;
- V. Título de Utilidade Pública Estadual ou Municipal e
- VI. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Primeiramente é necessário registrar-se no CMAS para posterior obtenção de registros e títulos federais. A certificação das entidades que pretendiam ser tratadas como beneficentes de assistência social, gozar dos benéficos legais e constitucionais atreladas a essa espécie de entidade, na legislação anterior, deveriam percorrer um caminho um tanto quanto amargo, não só pela confusão legislativa, mas principalmente pela falta de estrutura e conhecimento específico dos órgãos responsáveis na Administração Pública. Com mudanças recentes trazidas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é necessário observar as medidas e regras para cumprir as exigências da lei para que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social seja mantido. Segundo o artigo 1º da lei 12.101/2009:

A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuição para a seguridade social serão concedidas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviço nas áreas da assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto desta lei.

Para que a entidade consiga obter a certificação de entidade beneficente de assistência social, a mesma precisa ser reconhecida como entidade beneficente e ter a finalidade de prestação de serviços na área de assistência social, saúde ou educação, dependendo a área que atua e atender as disposto nesta lei. O “Serviço” oferecido pela instituição pretendente ao regime de beneficente de assistência social, devendo sujeitar-se a regras estritamente direcionadas a suas atividades, ou seja, a regra geral que era entabulada independente da área de atuação foi substituída por regras e regimentos específicos.

Uma das principais características da nova lei envolve o pedido de certificação, que garante a isenção de contribuições previdenciárias patronais e sociais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Através da isenção tributária, as entidades beneficentes de assistência social gozam de benefícios tributários nas três esferas do governo, conforme quadro demonstrado a seguir:

Quadro 3: Impostos relativos à isenção tributária:

Esfera	Federal	Estadual	Municipal
Impostos	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto de Renda - Imposto sobre produtos industrializados - Imposto Territorial Rural - Imposto sobre Importação 	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - Imposto sobre transmissão <i>Causa Mortis</i> ou doação - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores 	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - Imposto sobre serviço de qualquer natureza - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

Além da isenção dos impostos alcançados, conforme o quadro 3, percebe-se que as entidades beneficentes de Assistência Social, desde que cumpram todos os requisitos necessários, possuem mais benefícios que se estendem principalmente a

essa classe. Um desses benefícios é isenção da cota patronal² do INSS, em que a entidade deve cumprir o estabelecido na Lei 12.101/09, como requisito principal para esta isenção. As entidades beneficentes de assistência social, definidas de acordo com o Artigo 2º da Resolução nº 177/00 do Conselho Nacional de Assistência Social:

Art. 2º Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins desta Resolução, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de: I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II - amparar crianças e adolescentes carentes; III - promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação e pessoas portadoras de deficiências; IV - promover gratuitamente, assistência educacional ou de saúde; V - promover a integração ao mercado de trabalho; VI - promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos.

Deste modo, quando as entidades atenderem aos dispositivos previstos no Artigo 3º da Resolução referida, poderão receber o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos. Com base nesse certificado, estas podem contar com diversos subsídios dados pelo Estado.

O Código Tributário Nacional determina três requisitos para que a entidade faça jus à imunidade tributária relativa às suas rendas, patrimônio e serviços relacionados às atividades essenciais a entidade. São eles: não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título; aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão. Para isso, necessariamente terão que ser utilizadas ferramentas da contabilidade.

Atualmente, as entidades de interesse social, sem fins lucrativos, cujo atendimento dirige-se a fins públicos e sociais, podem receber a chamada Declaração de Utilidade Pública Federal (DUP) e/ou obter a qualificação de OSCIP.

² A cota patronal é devida pelos empregadores ao INSS, calculada pela aplicação de uma alíquota de 20% sobre a remuneração total de seus empregados, sem limite de teto. A esse valor é adicionada uma parcela referente ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), também calculado com base na remuneração total pela aplicação de um percentual que varia pontualmente de 1% a 3%, de acordo com a Atividade Econômica principal do estabelecimento.

Com isso, as doações recebidas são deduzidas do imposto de renda das empresas donatárias, o que estimula esse tipo de apoio do setor privado. Algumas são as diferenças entre a DUP e a qualificação de OSCIP, entre elas a possibilidade de sendo OSCIP, remunerar seus dirigentes, além de estabelecer parceria com o Poder Público, não se confundindo a remuneração de dirigentes com distribuição de lucros. Com a nova legislação, o contador precisa observar as medidas para cumprir as exigências da lei para que os certificados e a regularidade de tais entidades possam ser mantidos e as organizações continuarem de “portas abertas”.

Assim, num contexto de regras, normas e respectivamente com o aumento do número de entidades pertencentes ao Terceiro Setor, conseqüentemente surgem concorrências pela captação de recursos. Fica evidenciado que as entidades que melhor representarem suas atividades terão maior aceitação perante seus doadores e patrocinadores.

Como o Terceiro Setor volta-se para o desenvolvimento social, por natureza, pressupõe uma visão holística, integrada e integradora, o que torna a atuação social complexa. As instituições do Terceiro Setor, para a prestação de um serviço eficaz e resolutivo, necessitam de um conjunto de profissionais qualificados e que atendam as exigências pré-estabelecidas por lei, a fim de que possam continuar com seu funcionamento legal e possam atingir seus objetivos propostos. É preciso que tais entidades sejam extremamente organizadas. Neste sentido, a profissionalização é um ponto que assume relevância, já que a gestão organizacional geralmente é o aspecto frágil das entidades. Diante deste contexto Marcovith (1997, p. 129) afirma que:

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. O diagnóstico ex-ante e a avaliação ex-post constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade.

Portanto, parece muito plausível que a função de Contador apresenta-se relevante, visto que a qualidade da gestão reflete o desempenho e compromete a sustentabilidade. O profissional contador poderá contribuir com um sistema de informações essenciais para o processo de gestão, especialmente no planejamento financeiro, prestação de contas, entre outros. Parte que o processo de gestão que

supõe transparência e eficiência nos resultados é o que da credibilidade as organizações.

Porém, este trabalho necessariamente desafia habilidades do trabalho em equipe, no qual o contador com outros profissionais devem ter a capacidade de compreender todo o processo implicado.

Neste sentido, busca-se abaixo focar e outras peculiaridades que envolvem a atuação no Terceiro Setor a fim de vislumbrar a atuação do Contador neste espaço.

2.4. ARTICULAÇÃO EMPRESAS, GOVERNO E TERCEIRO SETOR

Atualmente, diversas pessoas veem somando esforços para estarem enfrentando a questão social e ajudando de alguma forma as entidades. Num mesmo propósito, vem sendo crescente a articulação das empresas, governo e organizações do Terceiro Setor para o desenvolvimento de ações de enfrentamento a essa questão.

As palavras articulação e parceria vem sendo utilizadas com muita frequência, atualmente, em palestras, programas, projetos, debates e discursos nacionais e internacionais. Fazem-se ou firmam-se parcerias em segmentos como: cultura, educação, saúde, comércio, indústria, prestação de serviços, assistência social e serviços públicos. O autor BRITO (2008, p. 12) afirma que: “As articulações podem envolver duas ou dezenas de entidades e acontecem no setor público, na iniciativa privada, no Terceiro Setor, entre entes do mesmo setor, vertical e horizontalmente, e entre setores distintos”.

Diante deste contexto, discute-se o potencial estratégico dessa relação: primeiro, enquanto forma de se buscar a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor, que se apresentam vulneráveis às oscilações das fontes de financiamento tradicionais e que dificilmente geram somente receitas próprias; segundo, como alternativa viável para minimizar as responsabilidades do Estado brasileiro na promoção do bem estar da população.

A articulação no âmbito do Terceiro Setor e do poder público é ideal, segundo Fischer (2008, p. 34): “quando se consegue influenciar mudanças nas políticas sociais (educação, saúde, alimentação, habitação e transporte)”.

Os projetos sociais que são realizados por meio de parcerias têm melhores condições de obterem resultados concretos. Ao considerar a diversidade de interpretações para o termo, entende-se por parcerias estratégicas, aquelas que são

firmadas entre Terceiro Setor e Governo, trata-se de um acordo formal de cooperação que tenha como diretrizes: clareza de propósitos, criação e adição de valor, comunicação e transparência, conectividade de objetivos, contínuo aprendizado e aperfeiçoamento, e fundamentalmente, comprometimento de ambas as partes. Em Caxias do Sul /RS os projetos sociais - voltados para a área da Assistência Social - são elaborados, regulamentados e executados de acordo com as normas do Controle Interno do Município (CIM), através da Instrução Normativa e da Resolução nº 002/2008 conforme Anexo C (Plano de Trabalho de Aplicação de Recurso).

A partir desse entendimento, cabe destacar que o processo de parcerias e articulação entre as partes reflete a necessidade de um avanço na forma de gestão estratégica das organizações do Terceiro Setor. Para os autores MINTZBERG; AHLSTRAND e LAMPEL (2000, p.23):

A gestão estratégica refere-se a um modelo de gestão que incorpora os princípios de pensamento e ferramentas do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação estratégicos e sua aplicação nos diversos subsistemas que compõem o sistema administrativo de uma organização.

Conclui-se que é extremamente válida a união de esforços entre governo, Terceiro Setor e empresas, para o enfrentamento da resolução dos problemas sociais. Porém, neste processo requer-se o acompanhamento técnico qualificado, de forma permanente, para que se promova a prestação de serviços eficazes e resolutivos e de fato possibilite a mudança de atitude, de comportamento dos “cidadãos de direito”, de uma visão paternalista, benevolente para uma visão de sujeito, protagonista do processo de mudança, capaz de conduzir seu próprio destino.

Segue abaixo, elementos especificamente sobre a prestação de contas realizada no Terceiro Setor, tendo em vista as peculiaridades implicadas.

2.5. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Uma vez recebidos os recursos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado cabe à entidade recebedora prestar contas da utilização destes. Os provedores querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, se a entidade foi eficaz. Se isso não

ocorrer, provavelmente tais entidades terão seus recursos restritos ou até mesmo cortados (OLAK E NASCIMENTO, 2006, p.12).

Desta forma, compreende-se que é preciso possuir uma ligação direta entre a entidade e os provedores dos recursos para que estes tenham o conhecimento da destinação do recurso repassado. A ausência de informação desta natureza poderá trazer conseqüências graves, impedindo o desenvolvimento de uma entidade, dificultando suas ações e planejamento, restrição quanto ao repasse do recurso, bem como dificuldades na elaboração e execução de projetos sociais. Nesse contexto o autor Koslinski (2007, p.58) afirma que:

A prestação de contas é um desafio para todos os tipos de organização, já que, cada vez mais, há disputa pela confiabilidade e credibilidade, qualquer que seja o nicho de atuação. Uma das questões mais preocupantes às organizações do Terceiro Setor, para que possam conquistar definitivamente seu espaço, é a conquista de legitimidade em face de toda a sua gama de interessados, o que ocorre por meio da prestação eficaz de contas.

Portanto, um nível elevado de transparência é sempre desejável e os custos para aumentar a transparência tendem a se reduzirem diante do progresso tecnológico. Os autores Casas e Lloyd (2005, p. 19) apontam quatro categorias distintas para os quais a prestação de contas é necessária e deve ser elaborada pelas organizações do Terceiro Setor:

- 1- Financiadores: são os mantenedores da entidade, quase sempre estabelecidos os mecanismos já nas obrigações contratuais;
- 2- Governo: através da própria legislação regulatória do setor, de conhecimento prévio da organização;
- 3- Doadores eventuais e voluntários: são eles que cotidianamente colocam em prática as atividades-fim da entidade, empenhando dinheiro;
- 4- Beneficiários: são os demandantes das tarefas executadas, a causa de existir de uma organização, e devem sentir-se parte dela, não meros objetos, devendo, portanto, estar hábeis a participar dos procedimentos organizacionais.

Seguindo esta lógica explicitada, o autor Milani (2009, p. 28), concorda-se que:

A transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas em um ambiente competitivo por recursos que são financeiros e não financeiros. Ainda, aqueles que atenderem melhor às necessidades dos doadores terão maior probabilidade de captação desses recursos.

Uma correta prestação de contas não deve ser vista somente como uma exigência legal e sim a maneira da entidade mostrar seriedade, responsabilidade e compromisso e honrar suas atividades fins. Para tanto, merece destaque a figura da Contabilidade como ferramenta de controle contribuindo de maneira relevante para a consecução dos objetivos da entidade. De acordo com a teoria da agência toda entidade precisa prestar contas de seus recursos, portanto deve buscar praticar de forma correta a *accountability*, definida por Nakagawa (1987, p. 17) “como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes”. Este termo impõe as Organizações do Terceiro Setor apresentar aos provedores dos recursos como estes foram administrados pelos gestores, ou seja, se a entidade está cumprindo satisfatoriamente seus projetos institucionais. No que diz respeito ao dinheiro público a entidade recebedora torna-se obrigada a prestar contas destes, assim como preconiza a Constituição Federal art.70º no seu Parágrafo Único:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

A realização de convênios é regulamentada pela Instrução Normativa (IN) n.º 1/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que obriga as entidades recebedoras do recurso sua devida prestação de contas. Conforme a IN da STN 1/1997 a prestação de contas será parcial, ou seja, de acordo com cada parcela do recurso recebido, e ao final, uma prestação de contas que inclua todas as parcelas dos recursos recebidos.

A prestação de contas no município de Caxias do Sul/RS é regulamentada pelas normas da Controladoria Geral do Município (CGM), através da IN e da Resolução nº 002/2008. No anexo D pode-se verificar a relação de documentos exigidos e que devem ser apresentados na prestação de contas. Sendo esta, entregue de forma documental e em meio impresso a CGM.

A Fundação de Assistência Social (F A S) de Caxias do Sul é o órgão gestor, responsável pelo monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social. Uma equipe de técnicos especializados em diferentes áreas, crianças, adolescentes, população adulta e idosa, coordenam a Rede Socioassistencial do Município, articulando a política de assistência social às demais políticas públicas, elaborando projetos para a implementação de programas e serviços de assistência social, além da importante função de monitorar e avaliar as ações.

Em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, com a lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e IN nº 002/2008 da CGM de Caxias do Sul normativa, as entidades que firmarem convênio são monitoradas³ e avaliadas⁴ buscando a qualidade dos serviços prestados, a transparência na utilização dos recursos, a economicidade da realização das despesas.

Acrescenta-se que o processo de conveniamento das organizações do Terceiro Setor perpassa por um rígido e organizado sistema que inclui o acompanhamento pela equipe técnica e prestação de contas dos recursos utilizados. Neste sentido, a seriedade da organização em diversas instâncias é testada, prevalecendo o co-financiamento público para instituições que estejam rigorosamente corretas.

Em seguida, adentra-se para a contabilidade do Terceiro Setor, tendo em vista privilegiar o foco proposto nesta pesquisa.

³ O monitoramento envolve a coleta de informação sobre insumos, produtos, atividades e circunstâncias que são críticas e relevantes para a efetiva implementação do programa ou projeto

⁴ A avaliação é um juízo que se faz sobre o valor ou mérito do programa. Para isso é necessário que se estabeleçam critérios ou padrões a partir dos quais seja possível, por parte dos atores interessados, realizar avaliações mais objetivas sobre o objeto ou pessoa em questão. O consenso existente quanto à avaliação de programas e projetos sociais é que estes critérios devem estar orientados para verificar e analisar a pertinência ou relevância da intervenção, a sua eficácia (ou efetividade) no alcance dos objetivos e metas (efeitos), a eficiência (econômica e financeira), o impacto gerado e a sustentabilidade.

2.6. CONTABILIDADE PARA O TERCEIRO SETOR

Tanto para empresas que geram lucro quanto para uma organização sem fins lucrativos, a contabilidade tem como finalidade, estudar, interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio. Ou seja, a contabilidade por meio do registro e análise de todos os fatos relacionados com a formação alcança sua finalidade, a movimentação e as variações do patrimônio da entidade, com o propósito de assegurar seu controle e fornecer a seus gestores as informações necessárias à ação administrativa e demais pessoas interessadas.

Diante desse contexto, o contador precisa estar muito atento, pois a contabilidade além de ser obrigatória para as organizações do Terceiro Setor, desempenha um importante papel no que se refere a captação de recursos e a manutenção de títulos e registros exigidos por lei.

Devido às peculiaridades que as organizações do Terceiro Setor possuem CAMPOS (2003, p.48) afirma que:

As diferenças existentes entre as instituições que compõem o mercado (empresas) e as que formam o setor sem fins lucrativos e fazem com que os gestores de organizações do Terceiro Setor necessitem adaptar as ferramentas gerenciais, dentre elas as demonstrações contábeis, para atender às peculiaridades do ambiente no qual essas organizações estão inseridas.

Segundo os autores Ebsen e Lafin destaca-se que:

Porém com referência a contabilidade, não há legislação específica e definida como sendo para organizações do terceiro setor. Os instrumentos legais e as orientações quanto aos procedimentos contábeis aplicados e essas entidades tem como referência o contido nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, representada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (EBSEN & LAFIN, 2004, p.19).

Seguindo-se a lógica dos autores acima Campos, Ebsen e Lafin , é necessário que o contador adapte procedimentos e nomenclaturas nos demonstrativos contábeis. Essas adaptações apresentam como desvantagem, muitas vezes, as falhas das uniformidades dos demonstrativos, de entidade para entidade, variando então de acordo com o bom senso e formação qualificada de cada profissional, mas ao mesmo tempo, possibilita flexibilidade na elaboração e adaptação de diferentes relatórios.

Os investimentos governamentais, através das organizações do Terceiro Setor, feitos principalmente através de subsídios diretos, contratos administrativos, convênios e possibilidade de dedução em imposto de renda de doações feitas às organizações sociais, devem sempre vir acompanhados de rigoroso controle contábil de utilização dos recursos, e, necessariamente, de uma atuação estatal no sentido de sejam definidos objetivos, metas e resultados a serem atingidos com o investimento público, pois esse investimento se destina especialmente a conferir uma melhoria nos serviços públicos prestados pelas organizações. Para a autora Kopak, (2007, p. 2):

A eficiência e a eficácia dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades classificadas no Terceiro Setor podem ser evidenciadas por meio do sistema contábil. A Contabilidade, como parte integral do processo de gestão, adiciona valor para a sociedade, pela investigação contínua sobre a efetiva utilização dos recursos pelas entidades. As mudanças no cenário econômico têm levado as entidades do Terceiro Setor, ou seja, as sem fins lucrativos a se preocuparem com a continuidade das operações, bem como com a prestação de contas. Além disso, as entidades buscam qualificações possíveis, no intuito de facilitar na obtenção de recursos e sustentabilidade.

Portanto, avalia-se como positiva a participação da contabilidade nas organizações do Terceiro Setor, especialmente de contadores qualificados, capacitados e atualizados para atender essa demanda. De acordo com Machado (2008, p. 47):

As entidades do Terceiro Setor devem manter a contabilidade organizada, bem como manter, pelo prazo de cinco anos, os controles internos que comprovem terem prestado serviços socioassistenciais e, ainda, cumprir as obrigações acessórias e principais em relação aos órgãos fiscalizatórios.

Para os autores Ebsen e Lafin destaca-se a importância do papel da contabilidade neste espaço:

Nas organizações do Terceiro Setor a contabilidade desempenha um importante papel, não somente ao que se refere ao acompanhamento e controle patrimonial, mas fundamentalmente no que se refere a facilitação da comunicação entre a entidade e os usuários não apenas das informações contábeis, mas também daqueles que se beneficiam das atividades da entidade, assim como de sua relação com a sociedade em geral (EBSEN & LAFIN, 2004, p.19).

Para o autor Zanluca (2010, p2) em relação a contabilidade dessas entidades tem-se que:

Aplicam-se a essas entidades os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit. O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

A contabilidade das Organizações do Terceiro Setor estão regulados no ordenamento jurídico brasileiro por Resolução editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993). Especificamente para as entidades sem fins lucrativos a Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T 10.19 que denomina-se Entidades sem finalidade de lucros (Resolução CFC nº 926/2001) estabelece que:

Aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais da Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, baseando-se também na "NBC - T 10.19. Entidades sem Finalidade de Lucros" são: Balanço patrimonial; demonstração do superávit ou déficit do exercício; demonstração do resultado; demonstração das mutações do patrimônio social; demonstração das origens e aplicações de recursos.

Percebe-se que as demonstrações elaboradas e divulgadas pelas entidades do Terceiro Setor são adaptações da Lei 6404/76, a Lei das Sociedades por Ações. Pelo fato destas não possuírem como finalidade o lucro em suas atividades algumas adaptações são necessárias. Portanto, as NBCTs visam mostrar um direcionamento das Entidades do Terceiro Setor perante suas categorias, as demonstrações contábeis utilizadas, demonstrar as fontes dos recursos ,assim como, conduzir os profissionais que atuam nessa área, numa tentativa de padronização. A NBC T 10.19 (item 10.19.3.1) destaca que as demonstrações contábeis devem ser

elaboradas pelas entidades sem finalidades de lucros são as determinadas pela NBC T 3- Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação, pela NBC T 6- da divulgação das Demonstrações Contábeis.

Apesar das resoluções do CFC, muitas entidades elaboram e publicam suas demonstrações contábeis nos mesmos modelos usados pelas empresas. Tratando deste assunto, Andrade (199, p. 309) enfatiza que:

[...] estas entidades “freqüentemente não estão submetidas a normas governamentais, tão comuns na área da contabilidade, e os contadores que com elas se envolvem acabam por não saber quais os critérios mais adequados para a confecção do registro contábil das operações destas entidades.

Conforme a linha de pesquisa tem-se que a contabilidade é um importante instrumento para “prestação de contas”, constituindo peça essencial no gerenciamento dos recursos financeiros. As organizações do Terceiro Setor têm, então, plena liberdade de fazer prevalecer os princípios fundamentais da teoria da contabilidade, em sua forma plena. Martins (1990, p.137) evidencia fortemente esta liberdade de procedimento, da seguinte forma:

Exatamente por não estarem essas instituições sujeitas às regras fiscais, têm elas condições de fazer sua contabilidade se aproximar mais da forma que melhor atenda às necessidades gerenciais em termos de informação. Não significa que devam esquecer os princípios fundamentais da contabilidade, mas devem fazer prevalecer na sua plenitude todas as boas normas contábeis para que possam as demonstrações, de fato, ser representativas da realidade.

Na contabilidade das organizações do Terceiro Setor o conceito de Patrimônio Líquido é o mesmo, porém, acrescenta-se o termo SOCIAL, por expressar que o Patrimônio Líquido pertence à sociedade e não a particulares. Segundo Andrade (1991, p.323), essas organizações “não tem capital e o termo mais utilizado é Patrimônio Social”. Não existem nas Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) as contas “Reservas de Capital”, “Reservas de Reavaliação” e “Reservas de Lucros”, como se trata a legislação societária. Como regra geral não se justifica criações de reservas nessas entidades a partir de superávits obtidos. As reservas são características das empresas que geram lucros, retenções de resultado não

distribuído. E nas instituições não cabem distribuições do mesmo. (MARTINS, 1990 p.133).

Ainda não existem legislações específicas sobre as evidenciações contábeis para as organizações do Terceiro Setor, dificultando uma comparação entre o Terceiro Setor e os setores público e privado. No entanto, o Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução n.º 837, de 22 de fevereiro de 1999, aprovando a NBC T 10, Normas aplicadas as Entidades do Terceiro Setor, que trata dos aspectos contábeis específicos em Entidades Diversas. Destacando-se NBC T 10.4 de 22 de fevereiro de 1999 (Fundações); NBC T 10.16 de 13 de dezembro de 2001 (Entidades que recebem subvenções, contribuições, auxílios e doações); NBC T 10.18 de 22 de fevereiro de 1999 (Entidades Sindicais e Associações de Classe); NBC T 10.19 de 18 de abril de 2000 (Entidade Sem Finalidade de Lucro), tem se esforçado para suprir tal lacuna.

Para concluir a pesquisa, considerou-se relevante abordar sobre os desafios na atualidade para o Terceiro Setor, buscando-se refletir sobre este espaço com base no conteúdo do estudo feito.

2.7. OS DESAFIOS PARA O TERCEIRO SETOR E A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE

A história brasileira no campo dos direitos expressa a tensão presente no país entre desenvolvimento socioeconômico desigual e democracia restrita, mantendo desigualdades persistentes, que se ampliam e se aprofundam, radicalizando e redimensionando a “questão social” nas várias conjunturas históricas.

Diante do que já foi exposto, cabe salientar que como qualquer outra organização o Terceiro Setor possui problemas. Algumas dificuldades são facilmente visualizadas, mas não tão simples para serem superadas. Para o autor Teixeira (2004, p.6) as principais dificuldades são: "obtenção de recursos, financeiros ou não, busca de apoio institucional, na criação de um corpo efetivo de voluntários, na falta de apoio da população a questões consideradas polêmicas." Para o autor Salamon (1998, p. 87) as dificuldades existem:

Talvez até pela inexistência de modelos de gestão próprios à sua natureza, apesar de assumirem, cada vez mais, novas funções de interesse público e ganhando complexidade tanto nos aspectos organizacionais como administrativos. Tornam-se, assim, vulneráveis quanto às limitações, também vivenciadas pelas instituições tradicionais, relacionadas à falta de sensibilidade, morosidade e rotinização.

Os desafios de gestão no Terceiro Setor existem desde o momento em que nasceram as instituições sem fins lucrativos. A palavra “gerência” geralmente associada a negócios e lucros, passam a tomar relevância. De uns anos para cá, o caminho de profissionalização dessas organizações tem sido percorrido a passos cada vez mais largos, à medida que passaram a perceber a necessidade de ferramentas gerenciais para atingir sua missão de maneira mais eficaz.

As praticas de gestão para organizações do Terceiro Setor têm sido alvo de discussões, estudos e pesquisas. Portanto, torna-se fundamental que as entidades claro sua missão, seus objetivos e que possa ser compartilhada por todos os membros e parceiros e, principalmente, compreendida por eles. Segundo Tenório, o planejamento estratégico tem a finalidade buscar alternativas de ação e deveria ser realizado de tempos em tempos, para prevenir crises e discutir novas perspectivas. “Denomina-se planejamento estratégico o planejamento voltado para a visão ampla, global e de longo alcance da organização, baseada na análise do contexto”. (Tenório, 2003, p. 28).

Diante desse contexto, levando em consideração a diversidade e gravidade dos problemas enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor geralmente funcionários e colaboradores diretos sentem-se vulneráveis emocionalmente, o que pode acentuar os conflitos entre si, para isso exige-se do líder direto competências em gestão de conflitos e principalmente motivação da equipe. Torna-se assim de fundamental importância o papel do líder nessas organizações e para tanto a manutenção do clima da organização é extremamente importante. Conforme revelam algumas pesquisas: “o clima organizacional experimentado por um certo grupo de trabalho (...) é determinado, de modo especial, pelo comportamento de liderança dos escalões acima deles” (Linkert, 1979, p.110).

Conforme entrevista realizada com a Assistente Social Claudenise Maristela Fries, que atua no Terceiro Setor, além de reiterar aspectos acima explicitados, ressaltou que a noção de gestão ainda não foi muito assimilada pela maioria das entidades da rede sócio-assistencial de Caxias do Sul. Afirma que predomina o desconhecimento tanto em relação à importância do gerenciamento de projetos sociais, como também na utilização de ferramentas apropriadas. Essa constatação teria ficado ainda mais evidente, pois, recentemente essa questão foi central nos relatos e na troca de informações de diferentes entidades da rede, durante uma capacitação promovida pela ONG Parceiros Voluntários, que investiu nessa

demanda de gestão com o objetivo de contribuir no fortalecimento das OSC na Região da Serra/RS (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata, Antonio Prado, Carlos Barbosa, Garibaldi e São Marcos). A referida profissional, explicitou ainda, que é necessário conhecimentos específicos, habilidades e atitudes para qualificar a atuação no Terceiro Setor. Nesse sentido, apontou a grande relevância do contador com conhecimentos de gestão no Terceiro Setor, tendo em vista que o domínio competente da contabilidade é fundamental para a prestação de contas. A coerência e transparência do uso dos recursos financeiros implica numa questão ética, que repercute em confiabilidade, na melhora da imagem da instituição perante os stakeholders e conseqüentemente, maior garantia para a sustentabilidade dos projetos sociais. Conclui que em sua percepção, o Terceiro Setor, para conseguir qualificar o resultado do seu trabalho, que no caso não é o de gerar lucro, mas sim capital social, deve ter uma equipe específica para atuar na gestão, formada por profissionais, como o assistente social, psicólogo, administrador e contador.

Atualmente, a gestão de pessoas passa a ser um importante foco diferencial para obtenção de resultados e poderoso fator no desenvolvimento e crescimento das organizações do Terceiro Setor, composto em sua maior parte por força voluntários. As divergências entre profissionais de uma mesma área ou entre equipes multidisciplinares são muito comuns em organizações do Terceiro Setor. É freqüente ocorrerem várias reuniões para resolução de uns problemas e, algumas vezes, não se chegar a um acordo satisfatório. Assim, as longas reuniões baseadas em posições podem causar perda de tempo, além do desgaste das relações interpessoais.

Quanto a atuação da contabilidade no Terceiro Setor, pode-se dizer que a realidade muda rapidamente e as cobranças e demandas vão surgindo, exigindo respostas rápidas. A dinâmica das exigências e mudanças no mundo real despertam o interesse para a discussão sobre os caminhos do ensino contábil no Brasil. Assim, ressalta-se a importância desta discussão reconhecida por Marion (1996, p.11) quando afirma que “a universidade é o local adequado para construção do conhecimento, para a formação da competência humana. Segundo o autor Costa tem-se que:

Acadêmicos que se dedicam a definir o que seria uma universidade de excelência identificam algumas características básicas: professores altamente qualificados; excelência em pesquisa; alto nível de investimento do governo e setor privado; estudantes altamente qualificados com alto

nível de internacionalização; autonomia acadêmica, estrutura de gestões eficientes e autônomas e bem estruturadas instalações de ensino, pesquisa, extensão, administração e assistência estudantil (COSTA, 2011, p.26).

Assim, chega-se ao fim do estudo teórico com elementos relevantes que irão subsidiar a análise da pesquisa realizada, conforme segue.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido através da técnica do questionário (Ver Anexo A – Questionário de Coleta de Dados). A duração da pesquisa em si durou aproximadamente um mês, e ocorreu entre 02 de setembro de 2012 a 03 de outubro de 2012. Buscou-se a obtenção de informações que conduzissem a uma análise do conhecimento dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul para trabalhar/atender as organizações do Terceiro Setor.

3.2. SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para fim deste trabalho, a seleção do público alvo é considerada a amostra por conveniência, ou seja, a seleção de respondentes mais próximos, colegas, em salas de aula, formandos, aqueles em que o autor deste trabalho se relaciona e mantém contato, conforme exposto anteriormente na metodologia do trabalho.

3.3. COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados fez-se necessário um questionário objetivo de acordo com o propósito de pesquisa. Foram distribuídos 299 questionários, todos em sala de aulas nas disciplinas, conforme grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul, do sexto, sétimo, oitavo e nono semestres. Perfazendo um percentual de respostas de 100% do total distribuído.

3.3.1 Critérios de avaliação

Os critérios de avaliação utilizados para identificar e mensurar as respostas obtidas pelos formandos em contábeis foram os seguintes:

- Primeiramente, os dados foram tabulados através do *software* Excel, formando tabelas e gráficos para demonstração dos resultados encontrados;
- Após, aplicou-se técnicas estatísticas como: porcentagem, média e frequência;
- Em seguida, utilizou-se a Escala de Likert, na qual requer que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com afirmações relativas à atitude a que está sendo medida;

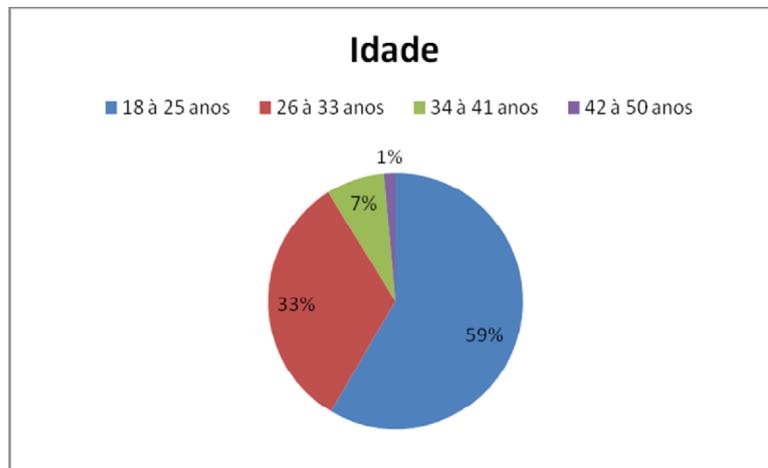
- Por fim, das respostas subjetivas foi feito a análise.

3.4. RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Essa parte do trabalho tem como objetivo apresentar os resultados obtidos através desta pesquisa que pretendeu verificar o nível de conhecimento acadêmicos sobre o Terceiro Setor.

Na entrevista, constava o questionamento quanto a idade dos entrevistados. Conforme resultados obtidos, teve-se 59 % de 18 à 25 anos, 33 % de 26 à 33 anos, 7% de 34 à 41 anos e 1% de 42 à 50 anos. A seguir, na figura 1, tem-se a representação gráfica para demonstrar a idade dos respondentes.

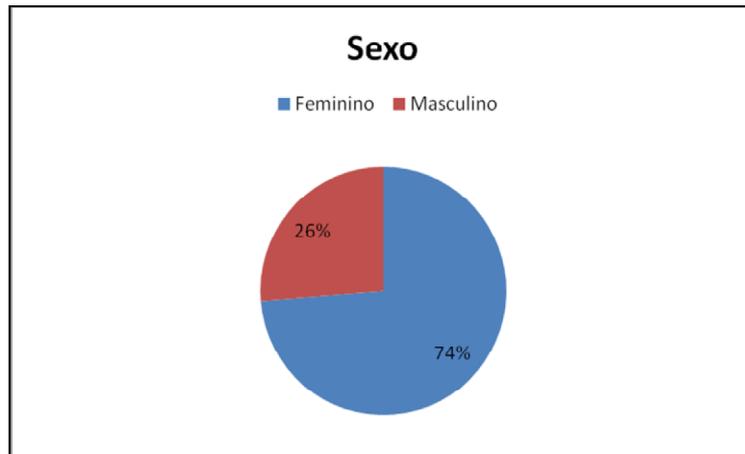
Figura 1: Idade dos Acadêmicos



Fonte: Respostas dos Questionários

Os dados obtidos em relação a idade indicam uma predominância de acadêmicos com idade entre 18 a 25 anos, sendo que, observou-se que na Universidade de Caxias do Sul (UCS) há um público relativamente de jovens cursando Contabilidade e, que, em curto prazo provavelmente estarão inseridos no mercado de trabalho.

Com a amostragem também foi identificado o sexo, sendo que 74% do público respondente são do sexo feminino e 26% do sexo masculino. Na figura 2, visualiza-se o gráfico com a representação sobre o gênero dos respondentes:

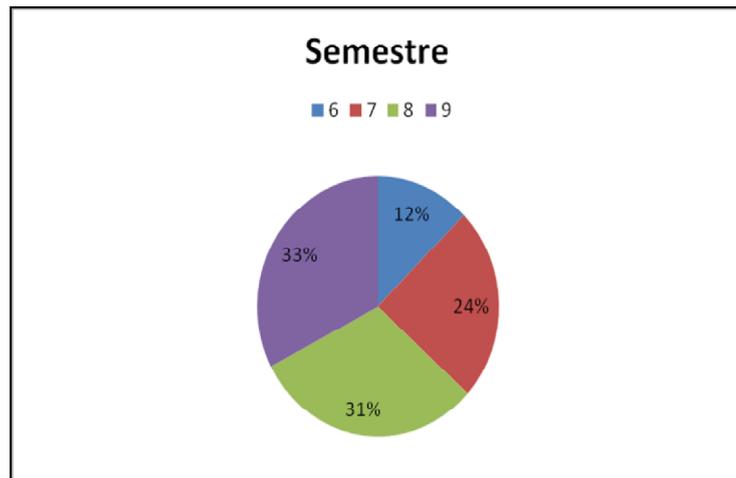
Figura 2: Gênero dos Acadêmicos

Fonte: Respostas dos Questionários

Essa porcentagem referida na figura 2 parece corresponder a uma constatação que já vem sendo percebida de que nos últimos anos vem ocorrendo expressivo crescimento de mulheres no Curso de Ciências Contábeis no Brasil. Considerando este dado relacionado as grandes mudanças que vem acontecendo no mundo do trabalho, a realidade aponta que as mulheres vem conquistando espaços que até recentemente pouco eram ocupados, não sendo diferente em relação a atuação no mercado da Contabilidade.

Na amostragem, os acadêmicos entrevistados foram questionados quanto ao semestre que estavam cursando, sendo que era um dos critérios, estarem acima dos quatro (04) últimos semestres do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Como resultado, teve-se que 33% destes estavam cursando o nono semestre, ou seja, o último, conforme grade curricular em vigor. Dos demais, 31% estavam cursando o oitavo semestre, 24% estavam cursando o sétimo semestre e 12% estavam cursando o sexto semestre. Conforme figura 3 tem-se o gráfico representando o semestre dos acadêmicos entrevistados na amostragem:

Figura 3: Semestre que os Acadêmicos Estão Cursando

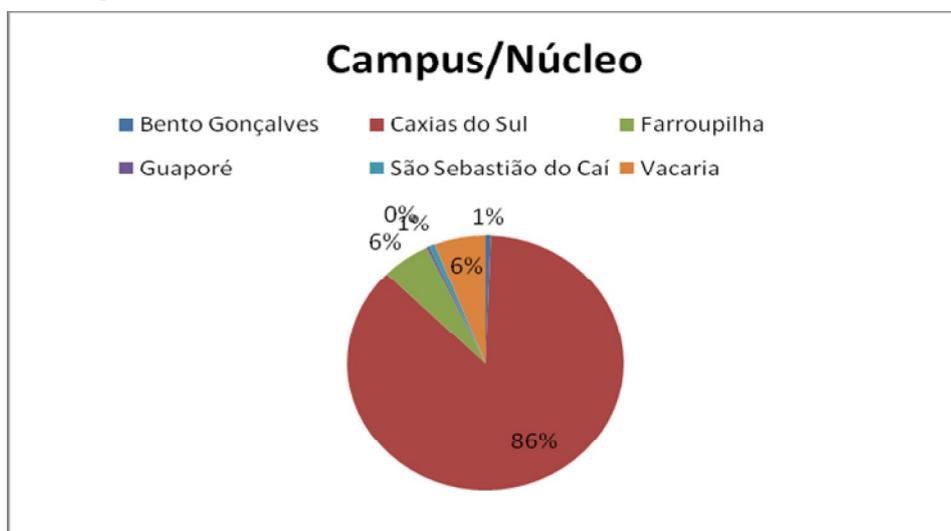


Fonte: Respostas dos Questionários

Esse dado da figura 3 tem por finalidade específica para referir na amostragem o semestre cursado pelos acadêmicos e de ser utilizado no decorrer da pesquisa como parâmetros de análise dos dados que seguem.

Questiona-se também nessa pesquisa onde os acadêmicos estavam cursando Ciências Contábeis. Conforme amostragem, 86% estavam cursando na sede da Universidade em Caxias do Sul, 6 % em Vacaria, 6 % em Farroupilha, 1 % em Bento Gonçalves, 1 % São Sebastião do Caí e 0 % Guaporé. Destaca-se que a pesquisa concentrou-se com maior porcentagem na sede da Universidade de Caxias do Sul, onde é significativamente maior número de acadêmicos. Na figura 4 está a representação gráfica do local onde os respondentes estão cursando Ciências Contábeis:

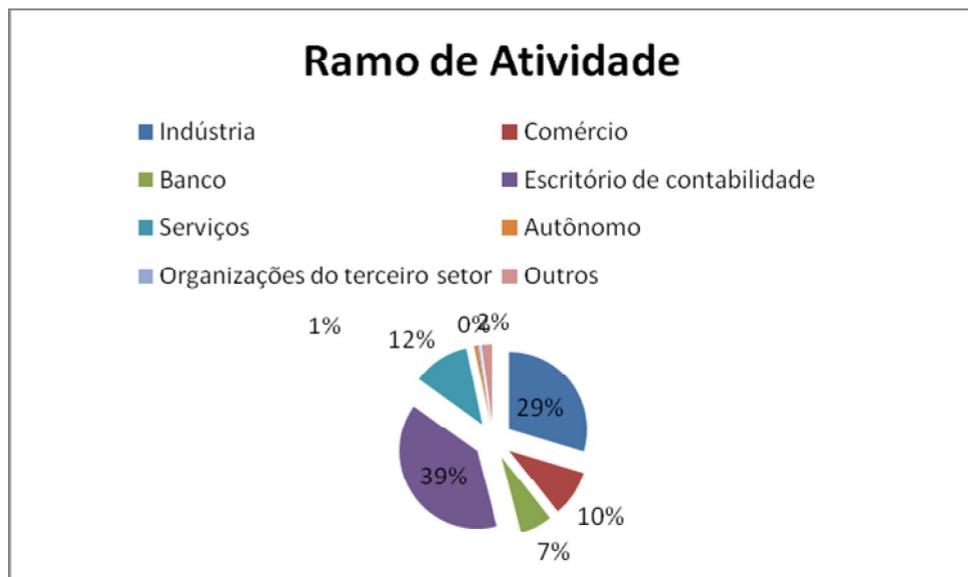
Figura 4: Local onde os acadêmicos estão cursando Ciências Contábeis



Fonte: Respostas dos Questionários

Buscando identificar o ramo de atividade exercido pelos acadêmicos, constataram-se que 39% trabalham em escritório de contabilidade, 29% trabalham na indústria, 12% trabalham no setor de serviços, 10% trabalham no comércio, 7% trabalham em bancos, 2% trabalham em outros locais não especificados, 0,7% são autônomos e somente 0,4% organizações do Terceiro Setor. Sabe-se que escritórios de contabilidade fazem parte dos serviços, porém buscou através da pesquisa identificar quantos acadêmicos já trabalham especificamente em escritórios de contabilidade, apesar de não ser o foco da pesquisa, justificando assim o porquê da separação de cada setor. Na figura 5 está a representação gráfica do local onde os respondentes trabalham.

Figura 5: Local de Trabalho dos Respondentes



Fonte: Respostas dos Questionários

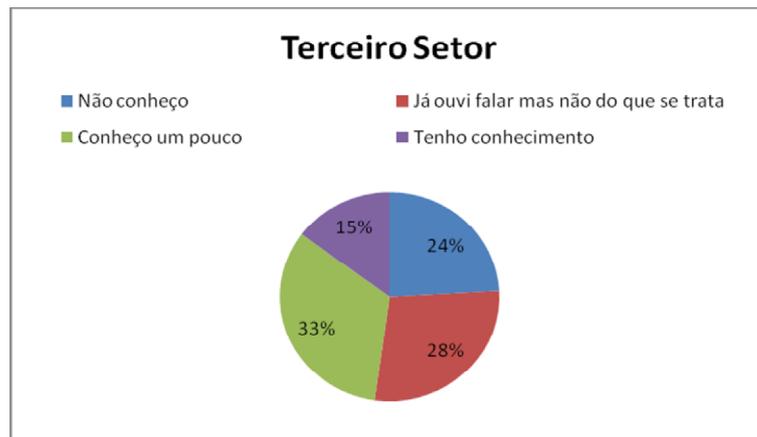
Observou-se que dos 299 entrevistados somente 01 pessoa trabalha em organizações do Terceiro Setor, este número torna-se insignificativo para um setor que se encontra em franca expansão. Conforme elementos teóricos explicitados no decorrer desta monografia, tem-se que o Terceiro Setor é um dos espaços existentes em nossa sociedade que busca cada vez mais profissionais capacitados em sua execução, ou seja, que saibam exercer a atividade de contador e conheçam as legislações específicas que regem o mesmo. O aperfeiçoamento, em qualquer profissão, é necessário.

Contudo, particularmente, com as inovações que vem acontecendo no mercado sócio econômico, vem determinando novas exigências e impondo novas regras. Para o profissional contábil, essas mudanças também vem ampliando a demanda de conhecimentos e informações, para que adquira novas qualificações e capacitações gerenciais como forma de enfrentar as ameaças provocadas pelo ambiente externo e por um mercado bastante competitivo. Por isso, considera-se que a capacitação e o diferencial como elementos relevantes, conforme cerne desta pesquisa.

Nesta perspectiva, outra questão colocada aos acadêmicos visou verificar o nível de conhecimento que estes possuem em relação a constituição do Terceiro Setor. As respostas revelaram que 33% conhecem um pouco sobre o Terceiro Setor, 28% já ouviram falar, mas não sabem do que se trata, 24 % não conhecem o Terceiro Setor e 15% alegam possuir conhecimento do Terceiro Setor.

A figura 6 contempla os dados obtidos nas respostas a essa questão.

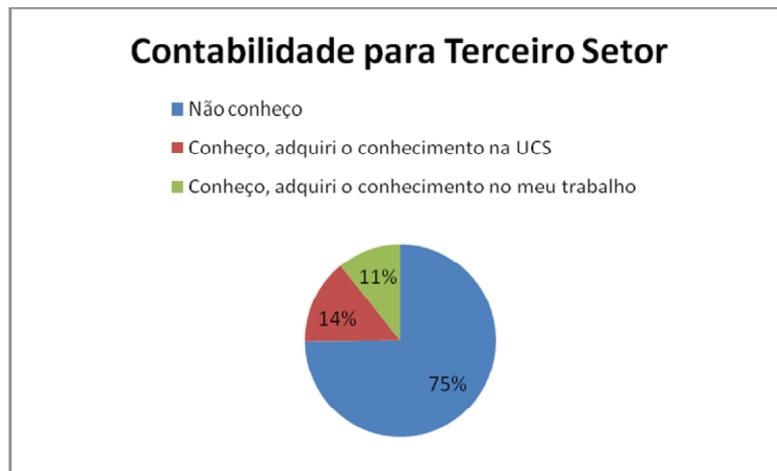
Figura 6: Terceiro Setor



Fonte: Respostas dos Questionários

Conforme objetivo geral da pesquisa que é identificar se o acadêmico da área das Ciências Contábeis está capacitado e habilitado para atuar no espaço do Terceiro Setor, têm-se a partir dos dados acima os primeiros elementos para se afirmar que o referido espaço ainda deve ser desvelado enquanto oportunidade de atuação do profissional de contabilidade. Novamente destaca-se que o profissional da contabilidade precisa apreender as mudanças em curso, estar inserido no contexto de idéias novas para melhorar o seu desenvolvimento profissional e interagindo com as transformações que venham engrandecer o trabalho contábil. Portanto, considera-se que não estar reduzido a rotina do dia-a-dia das empresas e submetendo-se apenas as informações de ordem econômico-financeira é um diferencial de atuação, e o Terceiro Setor um espaço promissor de oportunidades.

Conforme um dos objetivos específicos buscou-se obter parâmetros em relação aos conhecimentos dos formandos do curso de Ciências Contábeis sobre os conteúdos específicos necessários para atuação profissional no Terceiro Setor. Assim, constatou-se que 75% alegam não conhecer a Contabilidade do Terceiro Setor, 14% referiram conhecer e ter adquirido o conhecimento na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e 11% afirmaram conhecer e ter adquirido o conhecimento no local de trabalho. A figura 7 representa o conhecimento dos acadêmicos sobre a contabilidade do Terceiro Setor:

Figura 7: Contabilidade para o Terceiro Setor

Fonte: Respostas dos Questionários

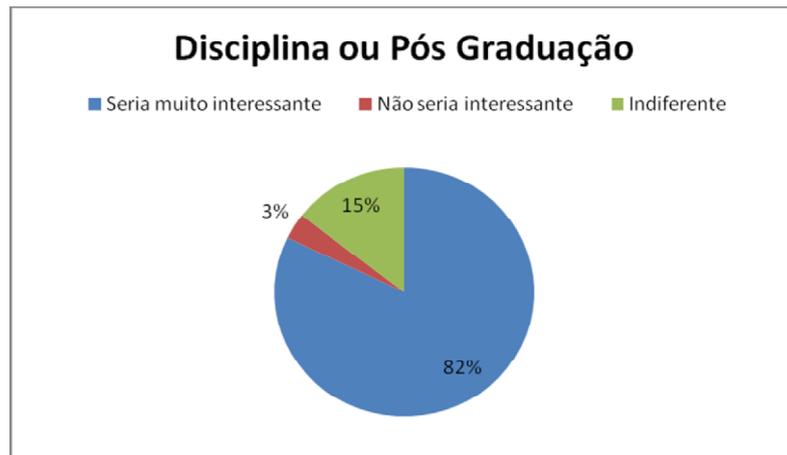
Os dados acima revelam uma expressiva porcentagem do desconhecimento dos acadêmicos em relação a contabilidade do Terceiro Setor. Sem modelos próprios de gestão, as organizações sem fins lucrativos absorvem práticas e modelos do mercado e do setor público e tentam adaptá-los a lógica do terceiro setor. Ainda existe um enorme abismo causado pela inexistência de teorias, modelos e mecanismos específicos para o Terceiro Setor, sejam eles administrativos, organizacionais ou gerenciais. Assim, as entidades dependem do desenvolvimento de uma lógica própria, diferente das lógicas dos setores público e empresarial, para não perderem a coerência com a sua identidade e missão. As instituições do Terceiro Setor têm natureza e objetivos singulares não têm fins lucrativos nem fazem parte do Estado, mas se orientam por valores. Conseqüentemente, existem diferenças na contabilidade de empresas privadas para organizações do Terceiro Setor e precisa de um profissional especialista na área.

Enquanto continuidade das análises tem-se que ainda é um conteúdo abordado com pouca ênfase ou que não tenha chamado atenção do público da amostragem. Em vista dos argumentos apontados, especialmente em relação ao Terceiro Setor como um diferencial de atuação, considera-se que a contabilidade ainda vem sendo para uso exclusivo dos mesmos usuários que historicamente atende.

Assim, considerando a possibilidade de investir no diferencial da contabilidade no Terceiro Setor, questionou-se quanto ao interesse dos entrevistados acerca da referida área. Neste questionamento, verificou-se que 82% dos entrevistados responderam que seria muito interessante, alegando relevante o conhecimento

amplo de todas as áreas e setores que a contabilidade possa atingir, 15% alegaram que seria indiferente, pois não pretendem atuar neste setor e nem ter maior conhecimento sobre o assunto e 3% afirmam que não seria interessante, pois já existem disciplinas suficientes para formação acadêmica. Na figura 8 está representado o gráfico correspondendo ao interesse de existir disciplina eletiva e especialização acerca do terceiro Setor:

Figura 8: Interesse por Disciplina ou Pós-Graduação



Fonte: Respostas dos Questionários

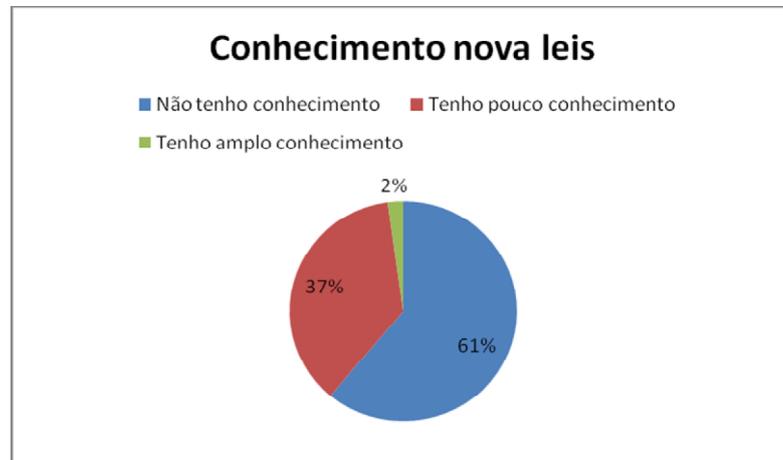
Baseando-se nos dados acima, considerando que houve uma significativa porcentagem da amostragem com interesse em Cursos de pós-graduação abordando o Terceiro setor, tem-se elementos para questionar sobre a abordagem na disciplina de Contabilidade de Atividades Especiais, visto que, já trata deste conteúdo.

Cabe destacar que o Terceiro Setor necessita do profissional contábil qualificado que busca não somente contabilizar dados, mas sim interpretá-los, almejando encontrar respostas e soluções para as decisões gerenciais. Ou seja, a sobrevivência organizacional do Terceiro Setor passou a se vincular à adoção de práticas que possibilitem a aferição e demonstração de seus níveis de eficiência, eficácia, efetividade e transparência.

Nesse sentido, destaca-se também que na atuação do Terceiro Setor ocorreu a instituição de novas leis e requisitos para funcionamento das entidades. Desta forma, buscou-se identificar o conhecimento dos acadêmicos da amostragem sobre as novas exigências e leis referentes ao Terceiro setor. Dos acadêmicos de Ciências Contábeis 61% não têm conhecimento dessas leis e exigências, 37% alegam possuir um pouco de conhecimento e 2% afirmam ter amplo conhecimento deste

assunto. Na figura 9 está representado o gráfico indicando o conhecimento acerca das leis específicas do terceiro Setor:

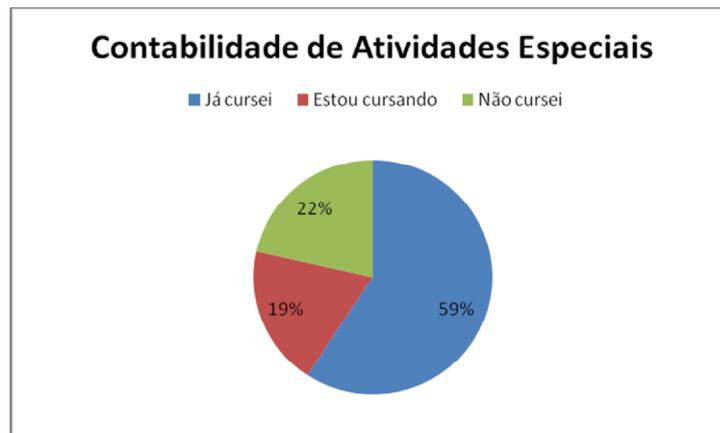
Figura 9: Conhecimento novas leis do Terceiro Setor



Fonte: Respostas dos Questionários

Diante das análises realizadas, já se tem elementos para argumentar sobre a especificidade da legislação que abrange o Terceiro Setor e a relevância de profissionais especialistas. Portanto, este espaço de atuação é um amplo campo de estudo para a Universidade, que pode e deve contribuir com métodos e técnicas de gestão. Assim, os Cursos de Ciências Contábeis brasileiros podem focar e investir neste campo do Terceiro Setor, contemplando a efetiva prática nas aulas e avaliações para desenvolver essa importante habilitação na formação do contador.

Nesse viés que foi realizada outra pergunta que indagada aos respondentes em relação a Disciplina de Contabilidade de Atividades Especiais se já cursam, estão cursando ou se não cursaram ainda. Destaca-se que os acadêmicos que já cursaram esta disciplina devem ter algum conhecimento sobre o Terceiro Setor, já que o referido conteúdo é englobado nesse contexto. Verificou-se que 59% dos respondentes já cursaram a disciplina, 22% não cursaram a disciplina e 19% estão cursando a disciplina, como demonstrado na figura 9:

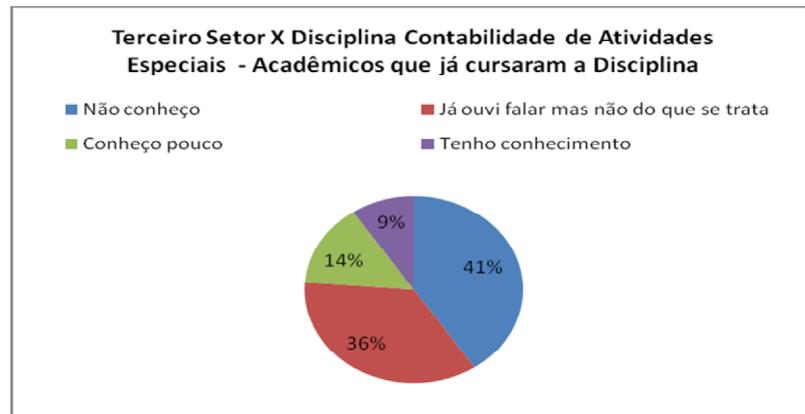
Figura 10: Contabilidade de Atividades Especiais

Fonte: Respostas dos Questionários

A porcentagem de 59% indica que 160 acadêmicos já cursaram a Disciplina e teoricamente devem ter algum conhecimento do Terceiro Setor. Esse dado tem por finalidade específica de ser utilizado no decorrer da pesquisa como parâmetros de análise dos dados que seguem.

Na disciplina Contabilidade de Atividades Especiais, do 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis da UCS, um dos objetivos é de propiciar ao aluno habilidade para construção das demonstrações contábeis de empresas com ramos de atividades especiais e suas circunstâncias. Nesse objetivo é que se insere o conteúdo do Terceiro Setor. A fim de verificar se os acadêmicos que cursaram a disciplina conseguiram absorver conceitos básicos sobre o Terceiro Setor, teve-se como resultado que 41% não conhecem sobre o assunto, 36 % alegam ter ouvido falar, mas não sabem do que se trata, 14% alegam conhecer um pouco e 9% afirmaram ter conhecimento sobre o Terceiro Setor. A seguir, na figura 10 a representação gráfica desses resultados:

Figura 11: Terceiro Setor x Disciplina Contabilidade de Atividades Especiais – Acadêmicos que já cursaram a disciplina



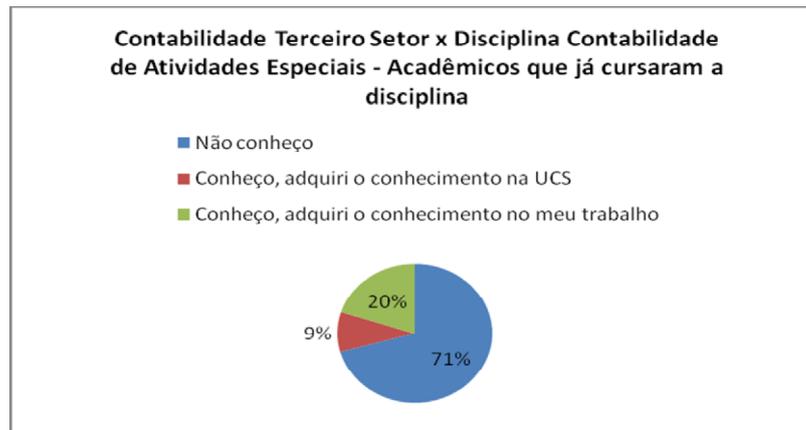
Fonte: Respostas dos Questionários

As porcentagens indicam que um número significativo de acadêmicos desconhecem totalmente ou vagamente possuem algum conhecimento acerca do Terceiro Setor. Embora não ter sido previsto no questionário, no momento da entrevista ficou evidenciado que um número significativo de acadêmicos não sabiam distinguir os setores da sociedade, que correspondem ao 1º setor (Governo), 2º setor (empresas privadas) e 3º setor (OSC).

Há de se questionar as variáveis que podem ter incidido no resultado. Neste caso, elegeu-se duas possibilidades: Uma delas, que parece ser relevante, é em relação a observação de que o conteúdo previsto engloba muitos assuntos e não há um tempo hábil para se abordar com maior ênfase e detalhamento todas temáticas envolvidas. Outra possibilidade é de que o conteúdo do Terceiro Setor ainda não adquiriu muita visibilidade, por desconhecer a dimensão, relevância e potencial de oportunidades que este espaço pode proporcionar para o profissional contador.

Sabe-se que o conhecimento profissional não se adquire única e exclusivamente no contexto da formação acadêmica. Contudo, ainda assim na linha das análises feitas, o fato do Terceiro Setor exigir conhecimentos específicos e peculiares, foi questionado em relação ao conhecimento da Contabilidade para o Terceiro Setor, sendo que 71% responderam que não conhecem, 20 % alegam conhecer e ter adquirido esse conhecimento no local de trabalho e 9% alegam ter conhecimento sobre assunto e, adquirido este na Universidade.

Figura 12: Contabilidade para 3º Setor x Disciplina Contabilidade de Atividades Especiais – Acadêmicos que já cursaram a disciplina



Fonte: Respostas dos Questionários

O Contador, trabalhando de forma quantitativa e qualitativa, ao registrar corretamente as operações das organizações, mostrará a importância do foco e dos objetivos, diante da prestação dos serviços à sociedade. Ainda demanda-se preparar especialistas no ramo do Terceiro Setor e parece ser bastante evidente que é incompatível ter expectativas de uma formação competente do Contador somente a partir de uma disciplina, que efetivamente não consegue abordar toda a complexidade que envolve.

Com a finalidade de aprofundar os indicadores para complementar a questionamento anterior, o de comparar o nível de conhecimento dos acadêmicos de Ciências Contábeis, realizou-se outro questionamento acerca de assuntos/temas que a Contabilidade prevê ou que abarcam conteúdos afins. Durante o Curso de Ciências Contábeis são abordados temas como Contabilidade Societária, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública e do Terceiro Setor, além de outras que não são previstas, como a Contabilidade Bancária e a Contabilidade para Construção Civil.

Obteve-se que em relação a Contabilidade Societária 55% dos entrevistados alegam possuir um pouco de conhecimento, 26% alegam ter amplo conhecimento, 14% trabalham na área e 5% não conhecem sobre este assunto. Quanto a Contabilidade de Custos 68% alegam possuir um pouco de conhecimento, 23% afirmar ter amplo conhecimento, 5% não conhecem e 4% trabalham na área. Em relação à Contabilidade Pública 72% afirmam possuir um pouco de conhecimento 23% alegam não conhecer e 5% tem amplo conhecimento do assunto e nenhum acadêmico trabalha em organizações do Terceiro Setor. Em relação a Contabilidade

para Terceiro Setor 70% não conhecem sobre o tema, 26% afirmam possuir um pouco de conhecimento, 3% alegam ter amplo conhecimento e somente 1% trabalha na área, conforme figura 5 desta presente análise. Na Contabilidade Bancária 54% afirmam não conhecer, 40% referiram um pouco de conhecimento, 4% tem amplo conhecimento do assunto e 2% trabalham na área. Em relação à Contabilidade para Construção Civil 49% não conhecem o assunto, 42% tem um pouco de conhecimento, 6% possuem amplo conhecimento e 3% trabalham na área.

Tabela 1 – Nível de conhecimento dos acadêmicos

ITEM	Não conheço		Um pouco de conhecimento		Amplo conhecimento		Trabalho na Área	
	Respon- dentes	Porcenta- gem %	Respon- dentes	Porcenta- gem %	Respon- dentes	Porcenta- gem %	Respon- dentes	Porcenta- gem %
Contabilidade Societária	15	5%	164	55%	78	26%	42	14%
Contabilidade de Custos	15	5%	203	68%	69	23%	12	4%
Contabilidade Pública	69	23%	215	72%	14	5%	1	0,04%
Contabilidade para Terceiro Setor	209	70%	78	26%	9	3%	3	1%
Contabilidade Bancária	161	54%	120	40%	12	4%	6	2%
Contabilidade p/ Construção Civil	147	49%	125	42%	18	6%	9	3%

Os resultados permitem realizar alguns parâmetros importantes, especialmente de que as disciplinas trazidas no curso são relativamente conhecidas pelos universitários. O Terceiro Setor, que o assunto seja abordado de maneira sucinta os alunos (porcentagem significativa de 70%) alegam desconhecer sobre o tema. Este dado reafirma os dados referidos anteriormente, e que houve a predominância de acadêmicos que desconhecem a temática relativa ao Terceiro Setor. Conforme já referido, no contexto acadêmico não se tem dentro do previsto na grade curricular estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), condições efetivas para se abranger com profundidade todos os assuntos e as complexidades envolvidas nos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas. Essa situação desafia buscar novos caminhos que permitam dar visibilidade da relevância de se qualificar a formação tendo em vista competências necessárias do contador para atuar no Terceiro Setor, mas também de superar os limites para uma abordagem mais detalhada desta temática, em detrimento aos ajustes dos conteúdos previstos e que são organizados de acordo com a grade curricular. Conforme a Coordenadora do

Curso de Ciências Contábeis da UCS, a Dra. Marlei Salete Mecca “se todos os conteúdos fossem abordados com profundidade no curso, além da obrigatoriedade de seguir as pré determinações com as diretrizes curriculares do MEC, teria-se um problema de que os cursos necessitariam de uma duração extensa demais. É então que entram em cena os cursos de especialização na modalidade de Pós-Graduação *latu sensu* que objetivam trabalhar e desenvolver conteúdos de uma determinada área específica é justamente por isso que são denominados cursos de “especialização.”

4. CONCLUSÕES

Os resultados a partir da análise das respostas obtidas dos 299 questionários, foram confrontados com as evidências teóricas levantadas na literatura e com a questão de pesquisa e com as hipóteses. Portanto, levará a conclusão final deste trabalho. Teve-se com isso um adequado conjunto de dados que desencadeou o resultado da pesquisa.

Conforme evidenciado nesta pesquisa, a complexidade contemporânea tem influenciado o crescimento nos últimos anos do chamado Terceiro Setor. As potencialidades do Terceiro Setor são inegáveis, mas para estas responderem as demandas surgiram novas necessidades. Assim, as organizações tradicionais para as OSCs contemporâneas tiveram que evoluir, não podendo mais ser baseadas somente na boa intenção, precisando de uma gestão qualificada, com liderança, responsabilidade e desempenho de resultados. Nesse contexto, conforme uma das hipóteses validada através da pesquisa foi de que o Terceiro Setor no âmbito social institui novas leis e requisitos para o funcionamento das entidades exigindo o cumprimento burocrático e que haja preparação de profissionais, incluindo o profissional contábil.

As análises dos dados permitiram confirmar que para a contabilidade, ainda não há uma legislação específica e definida para as organizações do Terceiro Setor. O que ocorre atualmente é ainda, uma adaptação de procedimentos e nomenclatura nos demonstrativos contábeis, sendo muitas vezes improvisados e sem um devido cuidado quanto às necessidades específicas e peculiares do Terceiro Setor. Conseqüentemente, ficou evidente que este setor é uma fatia de mercado ainda pouco explorada por profissionais da Contabilidade, conforme hipótese, representa para a categoria um diferencial que oportuniza campos de atuação a ser explorado, com estudos e qualificações.

No Terceiros Setor a eficiência e a eficácia da gestão, possuem uma relação importante com a prestação de contas, tornando-se um dos elementos relevantes a função do contador, que juntamente a outros profissionais especializados, podem garantir a sustentabilidade para a sobrevivência das entidades, uma vez que estas estão inseridas em um ambiente competitivo, tendo-se que se manter através de recursos que são financeiros e não financeiros.

Baseando-se na pesquisa, pode-se afirmar que urge a necessidade do esforço para se evoluir em conhecimentos específicos do Terceiro setor e construir novas ferramentas que são indispensáveis para geração de informação contábil científica para a formação de profissionais habilitados a atuar nesta área. Conforme a pesquisa, apesar dos acadêmicos demonstrarem um desconhecimento sobre a temática do Terceiro Setor, ficou evidenciado o interesse em se especializar para atuar no Terceiro Setor. Portanto, é plausível apontar esta pesquisa como um parâmetro importante que informa a existência de uma nova demanda para o Curso de Ciências Contábeis na modalidade de Pós-Graduação Lato Sensu. A Universidade enquanto local de produção e disseminação de conhecimento, não pode perder de vista que o acadêmico, seja da contabilidade ou de outras áreas, depara-se logo após sua formação com um mercado de trabalho amplamente competitivo e oferecer o diferencial pode ser decisivo enquanto oportunidade de inserção. Para isso, também é plausível ponderar sobre os desafios implicados para se atender em curto prazo abordagem com maior profundidade das entidades do Terceiro Setor. Vislumbrou-se que a disciplina Contabilidade de Atividades Especiais por abordar outros conteúdos apresenta dificuldades para abarcar o conteúdo e as especificidades da Contabilidade do Terceiro Setor de forma mais detalhada, mas referindo-se a graduação, talvez comporte disciplinas eletivas voltadas ao referido conteúdo. Outras possibilidades, a princípio, poderiam ser através da pós-graduação e cursos de extensão, prevendo uma especialização para dar conta da contabilidade do Terceiro Setor. Contudo, ainda parece plausível ressaltar que se faz necessário questionar essa realidade, ir além do que está instituído, visto que necessariamente deve-se estar constantemente desafiado a inovar e estar a frente do processo das tendências, representando uma vantagem competitiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Álvaro Pereira de, FRANÇA, José Antonio de, SILVA, César Augusto Tibúrcio, MASCARENHAS Iron Brito, FARIA Luciano Rodrigues - Conselho Federal de Contabilidade - **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social/ Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília: CFC, 128 p, 2003.

ARAUJO, Luiz Roberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. 8ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2004, p. 100.

AZEVEDO, Tânia Cristina, RIOS, Maraiza Alves, GOMES, Sônia Maria da Silva, BRITO, Carlos Alberto Oliveira. **Recursos Públicos Recebidos por Organizações do Terceiro Setor no município de Feira d Santana: um Estudo das Prestações de contas aos agentes Governamentais**. Bahia: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

BARETTO, Andressa Albertini, VITALE, Celso, AMORIM, Sergio. **Terceiro Setor**. Monografia apresentada no curso de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Faculdades Integradas Campos Salles, 2000.

BOUDENS, Emile. **Terceiro Setor – Consultoria Legislativa**, Fevereiro, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenções de contribuições para seguridade social. Brasília: Diário oficial da República Federativa do Brasil, 30.11.2009.

CALEGARE Marcelo Gustavo Aguilar, JUNIOR, Nelson Silva. **A Construção do Terceiro Setor no Brasil: da questão Social a Organizacional** 9. nº 17, p. 129-148. JAN – JUN, 2009.

CARVALHO, C M S; FELIZOLA, M P M. **A Importância do Marketing na Captação de Recursos para o Terceiro Setor**. Universidade Tiradentes, UNIT, SE. Intercom , 2009.

CASTRO, Cláudio de Moura e. **Universitários Dirigindo Táxi?**. São Paulo: Revista Veja. p. 3, 1998.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor um estudo comparativo entre Brasil e os Estados Unidos**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2002.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos**. São Paulo: SENAC, 2000.
Constituição Federal de 1988

CORDEIRO, Jailma do Socorro, DUARTE Ana Maria da Paixão Duarte. **O profissional Contábil diante da nova Realidade**. Revista Eletrônica - ISSN 1677-4280 – vol. 1 - 2006 / nº 1 68

COSTA, Luiz C. **A universidade brasileira e a excelência internacional**. Brasília: Correio Brasiliense, 2011.

DIAS, Geisa M.A; FONSECA, Teodomiro O. MOURA, Iraildo J.L. de. **O Processo Educacional no Curso de Ciências Contábeis**. Disponível em <http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.phd?ind=246&query=ciencias%20contabeis>. Acesso em 02/05/2011.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker: o homem**. São Paulo: Nobel, 2001.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

EBSEN, Kamille S; LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e contabilidade: compilações de uma pesquisa**. Revista Contemporânea de Contabilidade. p. 11 – 28, 2004.

FABIÃO, Mauricio França. **O negócio da Ética: um estudo sobre o Terceiro Setor Empresarial**, 2000.

FERNANDES Alexandre Zioli. **Entidades Filantrópicas e Efeitos da Isenção da Cota Patronal sobre Exposição de Trabalhadores e Agentes Nocivos**. vol 22, nº 22. Informe de Previdência Social, 2010.

FISCHER, André L. **O conceito de modelo de gestão de pessoas – modismo e realidade em gestão de recursos humanos nas empresas brasileiras”** in Dutra, Joel S., **Gestão por competências – um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

GALVÃO, Izabel. **Emoções e conflitos: análise da dinâmica das interações numa classe de educação infantil**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da USP. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1991.

GUEDES, Karyn Ferreira. **Contabilidade no Terceiro Setor: um estudo sobre sua aplicação nas OSCIP's do segmento de saúde de João Pessoa (PB)**. João Pessoa: UNIP. Monografia de Graduação em Ciências Contábeis, 2009.

HOUASISS, Antônio. **Dicionário Houasiss de Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.

KEPNER, C.H., and TREGORE, J.W. **The rational manager**. New York, MacGraw Hill, 1965 LINKERT, Rensis e LINKERT, Jane. **Administração de conflitos – novas abordagens**. São Paulo, Ed. McGrawHill, 1979.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 24 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KOPAK, Simone Cristina. **Uma proposta de modelo de gestão contábil aplicado nas entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**. Paraná: Unicentro.

KOSLINSKI, Mariane Campelo. **Um estudo sobre ONGs e suas relações de Accountability**. 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

LENGLER Fernando Ramos, CRUZ Ricardo de Lima Caiubi e JACOBSEN Alessandra de Linhares. **Captação de Recursos pelo Terceiro Setor: a Importância de um Intermediário como Canal de Comunicação entre Doador e Tomador**. p.152, Juiz de Fora: Revista Vianna Sapiens, 2010.

LIMA, José Edmilson de Souza e MURARO, Piero. **Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações**. v.6, n.1, p.87-88. Curitiba: Revista da FAE, jan./abr 2003.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Beneficentes de Assistência Social**. 2º ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARCOVITCH, Jacques. **Da Exclusão à Coesão Social: Profissionalização do Terceiro Setor**. In: **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARION, J.C. **O Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.

MENEGASSO, Maria Ester. **O Terceiro Setor: Uma Discussão Preliminar - Texto elaborado para fins didáticos**. 1999.

MILANI FILHO, Marco Antonio F. **Eficiência produtiva no terceiro setor: um**

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2ed. São Paulo : Cortez, 2003.

NASCIMENTO, Claudinei L. **Qualidade de ensino de ciências contábeis: um diagnóstico nas instituições localizadas na região norte do estado do Paraná**. p. 155-166. São Leopoldo: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, 2005.

OLIVEIRA, Tatiana Gabriela Bonzini. **O Terceiro Setor e a Importância do Balanço Social**. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José C. **A Universidade em Debate**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1984.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. **Práticas de Contabilidade das Organizações sem Fins Lucrativos**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

- SOUZA, Edileusa Godói de e JÚNIOR, Valdir Machado Valadão. **Alianças Estratégicas: Articulações entre o Terceiro Setor e o Governo**. Revista Gestão. Org, 2010.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor; citações de ONG's e estratégias de atuação**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs - principais funções gerenciais**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre,RS: Artmed, 2007.
- TINOCO, José Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.
- VOORWALD, Hermans J.C. **O debate equivocado sobre universidade**. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/index.php?view=article&catid=50&id=3468%3Ao-debate-equivocado-sobre-universidade>>. Acesso em 09/05/2012.
- ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade de ONG'S**. Maph, 2010
- WAGNER, John A e HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional – criando vantagem competitiva**. 3ª Edição, São Paulo, Saraiva, 2002.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A: QUESTIONÁRIO DE COLETA DOS DADOS

Sou Fabiane Cecatto aluna da disciplina TCC do curso de Ciências Contábeis da UCS. O objetivo deste questionário é buscar informações em relação ao grau de conhecimento dos acadêmicos para trabalhar com a contabilidade para organizações do Terceiro Setor. Gostaria de contar com alguns minutos de sua atenção. Os dados serão mantidos em sigilo e tratados estatisticamente.

1 - Idade: _____

2 - Sexo: () 1.Feminino () 2.Masculino

3 – Qual Semestre está cursando? _____

4 – Campus/Núcleo:

() 1.Bento Gonçalves () 2.Caxias do Sul () 3.Farroupilha

() 4.Guaporé () 5.Nova Prata () 6.São Sebastião do Caí

() 7.Vacaria () 8.Veranópolis

5 - Em qual ramo você trabalha?

() 1.Indústria () 2.Comércio () 3.Banco

() 4.Escritório de Contabilidade () 5.Serviços

() 6.Autônomo () 7.Organizações do Terceiro Setor

() 8.Outro. Qual? _____

6 – A respeito do Terceiro Setor:

() 1.Não conheço

() 2.Já ouvi falar, mas não sei do que se trata

() 3.Conheço pouco

() 4.Tenho conhecimento

7 – A respeito da Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor:

() 1.Não conheço

() 2.Conheço, adquiri o conhecimento na UCS

() 3.Conheço, adquiri o conhecimento no meu trabalho

8 – Se fosse ofertada, no curso de Ciências Contábeis, alguma disciplina eletiva específica ou, na universidade, uma Pós - Graduação que atendesse de maneira mais forte o terceiro setor, qual sua percepção?

() 1.Seria muito interessante, pois precisamos ter o conhecimento amplo de todas as áreas e setores que a contabilidade possa atingir.

() 2. Não seria interessante, pois já existem disciplinas suficientes para formação acadêmica.

() 3. Indiferente, pois não pretendo atuar neste setor e nem ter maior conhecimento sobre o assunto.

9 - A crescente atuação do terceiro setor institui novas leis e requisitos para funcionamento das entidades. Como acadêmico do curso de Ciências Contábeis, qual seu conhecimento dessas novas exigências e leis?

() 1. Não tenho conhecimento

() 2. Tenho pouco conhecimento

() 3. Tenho amplo conhecimento

10 – A respeito da disciplina Contabilidade de Atividades Especiais (COT0279):

() 1. Já cursei

() 2. Estou cursando

() 3. Não cursei ainda

11 - Qual seu grau de conhecimento em relação aos itens abaixo? (Assinale com X):

ITEM	Não conheço (1)	Um pouco de conhecimento (2)	Amplamente conhecido (3)	Trabalho na área (4)
Contabilidade Societária				
Contabilidade de Custos				
Contabilidade Pública				
Contabilidade para Terceiro Setor				
Contabilidade Bancária				
Contabilidade p/ Construção Civil				

Obrigada pela colaboração!

Fabiane Cecatto

ANEXO B: DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONVENIAR COM ÓRGÃO PÚBLICO (LEI N.º 8.666/93)

Instrução Normativa do STN n.º 001/1997

Instrução Normativa GGM 01/2004

Decreto 6.170/07 e Portaria Interministerial n.º 127/2008

- 1) Projeto Técnico;
- 2) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- 3) Prova de Regularidade Junto a Previdência Social (INSS);
- 4) Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual;
- 5) Prova de Regularidade junto à Fazenda Municipal;
- 6) Certidão de Regularidade do FGTS;
- 7) Alvará de Localização;
- 8) Declaração de Cumprimento ao Art. 7º, inciso 23 da CF (ver modelo anexo I);
- 9) Preenchimento da Planilha Cadastral (ver modelo no anexo II);
- 10) Declaração de Qualificação Técnica (ver modelo no anexo III);
- 11) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do presidente ou responsável da entidade proponente;
- 12) Cópia do cartão do CNPJ;
- 13) Prova de Inscrição junto ao COMDICA e/ou CMAS
- 14) Cópia do Estatuto Social.
- 15) Cópia da Ata de Posse da atual diretoria, devidamente registrada.
- 16) Relação Nominal atualizada dos membros da diretoria, com o n.º do CPF e função que ocupa.
- 17) Cópia do Certificado de Entidade de Assistência Social – emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social. (anteriormente conhecido com registro de filantropia)

A falsidade ou incorreção de informações em qualquer documento apresentado acarretará a imediata denúncia do Termo de Convênio e responsabilização de seus dirigentes.

Anexo I
Timbre Da entidade

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins de direito, em cumprimento ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que **não possuímos em nosso quadro funcional** menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 20____.

Razão Social: _____

Assinatura do Presidente da ENTIDADE

ANEXO II

Timbre Da entidade

FICHA CADASTRAL PARA FINS DE CONVENIAMENTO COM A FUNDAÇÃO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**Dados Cadastrais - Identificação da Entidade**

1 - NOME (RAZÃO SOCIAL)			
2 - MUNICÍPIO			UF
4 - N ^o CNPJ	5 N ^o REGISTRO NO COMDICA	6/7 VALIDADE DO REGISTRO	
8 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA n.º:			

Dados Bancários: (exclusiva para este convênio)

9 - CONVÊNIO: (nome do projeto)			
10 - BANCO*	11 - AGÊNCIA	12 - CONTA CORRENTE	13 - PRAÇA DE PAGAMENTO

Endereço da Entidade

14 - ENDEREÇO: RUA, PRAÇA E AVENIDA			
15 - NÚMERO	16 - CEP	17 - BAIRRO	
18 - TELEFONE	19 - FAX	20- E-MAIL	

Responsável pela Entidade (presidente ou quem estiver habilitado pelo Estatuto Social ou através de Procuração)

21 - NOME		22 - TELEFONE
23 - CARGO	24 - Vigência do Mandato:	25 - CPF
26 - RG	27 - ÓRGÃO EXPEDIDOR	28 - DATA DE EXPEDIÇÃO
29 - PROFISSÃO:	30 - NACIONALIDADE () Brasileira () Estrangeira	
31 - ENDEREÇO:	32 - ESTADO CIVIL	

Declaro, sob as penas da Lei, a inteira responsabilidade pela veracidade das informações contidas neste Cadastro.

Assinatura do Presidente da ENTIDADE

ANEXO III

Timbre Da entidade

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins de direito, em cumprimento ao art. 30, Parágrafo Primeiro, Inciso I, da Lei 8.666/93, que possuímos em nosso quadro funcional, profissional (is) de nível superior responsável (is) pela execução do Projeto _____, conforme o quadro abaixo:

NOME COMPLETO	PROFISSÃO	N.º DO REGISTRO PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

Razão Social: _____

Assinatura do Presidente da ENTIDADE

Anexo IV
Timbre Da entidade

D E C L A R A Ç Ã O

Eu representante legal da entidade **DECLARO** para os devidos fins de direito, que temos pleno conhecimento do Conteúdo da Instrução Normativa n.º 01/2004 da Controladoria Geral do Município, a qual estabelece normas para transferências de recursos orçamentários e ainda especifica no Capítulo IV a sistemática para utilização dos Recursos Financeiros Públicos que serão transferidos para esta entidade executar o Projeto: sujeitando-se às condições estabelecidas e COMPROMETENDO-ME especialmente em:

- A. Utilizar os recursos transferidos de acordo com o Termo de Convênio, dentro do prazo de vigência estipulado;
- B. Efetivar as despesas preferencialmente em estabelecimentos e com profissionais estabelecidos no âmbito do Município de Caxias do Sul; salvo o disposto no Parágrafo Único do Art. 10.º da IN01/2004 da CGM;
- C. Realizar pesquisa de preços de mercado, comprovada por, no mínimo, 3 (três) orçamentos, com exceção das “despesas irrelevantes”, cujos orçamentos poderão ser feitos por telefone, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal nº 10.687, de 22 de março de 2002, ou da forma que venha a ser estipulada por legislação que suceder o citado Decreto.
- D. Não utilizar o recurso público referente a este projeto com:

I – bens, obras, instalações, equipamentos, materiais, produtos e/ou serviços considerados inadequados e/ou desnecessários para a realização do Projeto, como também, com bens, obras, instalações, equipamentos, materiais, produtos e/ou serviços com valores acima dos preços considerados aceitáveis e/ou acima dos preços de mercado;

II – em proveito pessoal do partícipe pessoa física e/ou de dirigentes e colaboradores dos órgãos, entes e instituições partícipes, como também de seus auxiliares;

III – com qualquer contratação de pessoal com parâmetros salariais acima do que paga o Município de Caxias do Sul, através de sua administração direta, indireta e fundacional, a seus servidores e empregados, de igual qualificação, a menos que haja definição em contrário, devidamente motivada e aceita pelo gestor.

VI – com gratificação, consultoria, assistência técnica, prestação de serviço ou qualquer espécie de remuneração adicional, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade da administração direta, indireta ou fundacional partícipe, e, ainda, para dirigente e empregado, e, ainda, para os familiares dos dirigentes e dos empregados, de qualquer dos entes participantes, a menos que haja autorização devidamente motivada, e/ou quando ocorrer previsão legal.

V– diárias com alimentação, estadia e hospedagem que ultrapassem os valores das diárias pagas aos servidores do Município de Caxias do Sul, a menos que haja previsão motivada.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente. _____, em _____
de _____ de 20__.

Assinatura do Presidente da ENTIDADE

ANEXO V

Timbre Da entidade

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, em cumprimento ao art. 9.º, III da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações,

Art. 9.º: Não poderá participar direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a ele necessários: (...)

III – servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

e art. 242, XXIII da Lei Complementar n.º 3673/91 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caxias do Sul,

Art. 242. Ao servidor é proibida qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço, causar dano à Administração Pública, e especialmente:

(...)

XXIII - ser diretor ou integrar conselho de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços, ou que realizem qualquer modalidade de contrato "Convênio" com o Município, sob pena de demissão do serviço público, inclusive quando se tratar de função de confiança do Município, bem como exercente de cargo em comissão;

que nossa Diretoria não é composta por nenhum membro servidor público.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 20____.

Razão Social: _____

Assinatura do Presidente da ENTIDADE

ANEXO C: PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO DO RECURSO

ANEXO I (artigo 3º, inciso II, da IN/SCIM-002/08)

PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PELO PROPONENTE

1 – DADOS CADASTRAIS				
Órgão/Entidade Proponente:				CNPJ/CPF:
Endereço:				
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:	E-mail
Nome do Responsável Legal:				CPF:
Carteira de Identidade/Órgão Expedidor			Cargo/Função:	
Endereço				
Estado Civil:	Naturalidade:		Profissão:	
Nome do Responsável Técnico:				
Profissão:			Nº do Registro Profissional:	
2 – DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO				
Título do Projeto/ Programa:				
Início de Execução:			Término da Execução:	
Metas Mensais/ Período: 1		Modalidade de Atendimento: 2		
Objetivo:3				
Finalidade do Projeto/ Programa:4				
Metodologia: 5				
Operacionalização:6				

3 – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS		(R\$ 1,00)
NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR SOLICITADO
Despesas Correntes		
Pagamento de Pessoal	Pessoal e encargos - descrever cada	
Despesas de Consumo	Gêneros de alimentação	
	Material de limpeza e produtos de higienização	
	Material educativo e esportivo	
	Material de expediente	
	Artigos de cama, mesa e banho	
	Material para manutenção de bens	
	Material para reforma de bens	
	Combustíveis e lubrificantes	
	Material de processamento de dados	
	Material de copa e cozinha	
	Uniformes, tecidos e aviamentos	
	Outras despesas de consumo	
Serviços de Terceiros: Pessoa Física e Jurídica	Serviço de transporte/ vale transporte	
	Serviços Gráficos	
	Estagiários	
	Serviços de Comunicação em geral	
	Manutenção de bens	
	Reforma de bens	
	Serviços de energia elétrica e água	
	Fornecimento de alimentação	
	Serviço Técnico profissional	
Serviços a Autônomos- descrever cada um		
Total das Despesas de Correntes		
Despesas de Capital		
Equipamentos e Material Permanente	Mobiliário em Geral	
	Aparelhos e utensílios domésticos	
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
	Máquinas e equipamentos p/ esportes e	
	Equipamentos de processamento de dados	
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	
Obras e Instalações	Prédios e edificações	
	Instalações	
Total das Despesas de Capital		
Total Geral		

Na qualidade de responsável legal do órgão/entidade proponente, declaro para todos os efeitos legais e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com a Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município.

Caxias do Sul, ____/ ____/ ____

Responsável Legal do Órgão/ Entidade Proponente

Caxias do Sul, ____/ ____/ ____

Responsável Técnico pela Execução do Projeto

APROVADO:

Auxiliar para preenchimento do “Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos”:

1. Definir, detalhar e motivar as metas quantitativas e qualitativas mensalmente ou do período de execução do projeto;
2. Observar a modalidades de atendimento do objeto;
3. Definir, detalhar e motivar o objeto, descrevendo todas as suas características;
4. Definir, detalhar e motivar as finalidades do proposto, descrevendo as considerações, o porquê da necessidade da implantação ou continuidade do projeto/programa. Pode ser feita uma contextualização referente a esta necessidade;
5. Descrever qual metodologia é adotada no desenvolvimento do projeto/programa;
6. A operacionalização deverá descrever todas as atividades ou ações que irão acontecer, como e quando irão acontecer para que o objetivo seja alcançado.

ANEXO D: PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANEXO III (artigo 25, inciso I, da IN/SCIM-002/08)

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO GESTOR DO RECURSO

Ao

(gestor do recurso)

.....1....., localizada.....2....., pessoa para contato.....3....., inscrita no CNPJ/CPF sob nº.....4....., aqui representada pelo seu presidente/diretor.....5....., encaminha e requer aprovação da prestação de contas de recursos recebidos:

Termo de Convênio:6....., Recurso:7....., Parcela8.....

Valor Recebido: R\$.....9.....(.....),

Data do depósito11....., na Conta Corrente11....., Agência12....., Banco.....13.....

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Caxias do Sul,14.....

.....15.....
Responsável Legal do Órgão/ Entidade Proponente

.....16.....
Contador, CRC nº Endereço eletrônico, telefone

Auxiliar para preenchimento do **“Ofício de encaminhamento da prestação de contas ao Gestor do recurso”**:

1. Nome do ente, pessoa física ou jurídica, de acordo com o cadastro no CNPJ ou CPF;
2. Rua, avenida, número, conjunto, bairro, cidade, estado, CEP, telefone, endereço eletrônico;
3. Nome da pessoa para contato, telefone e endereço eletrônico;
4. Número de inscrição no CNPJ ou CPF;
5. Nome do representante legal e qualificação;
6. Número do Termo de Convênio ou ajuste assemelhado;

7. Origem do Recurso: FUNDOPROCULTURA, FUNDEL, LIC, FMDCA, FMAS, FNAS, FEAS, FECA, FNS, FES e outros previstos em leis próprias ou orçamentárias;
8. Identificação do número da parcela, mês e ano a que se refere;
9. Valor do depósito recebido;
10. Data do depósito bancário;
11. Conta Corrente do depósito;
12. Agência bancária;
13. Nome do banco;
14. Dia, mês e ano da entrega da prestação de contas;
15. Assinatura do representante legal da entidade;
16. Assinatura do contador responsável pela prestação de contas, nº do CRC, endereço eletrônico e telefone.

timbre do proponente

ANEXO IV (artigo 25, inciso II, da IN/SCIM-002/08)

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA PELO PROPONENTE

RECEITAS

Data do Depósito	Especificação da Receita	Valor (R\$)	Acumulado (R\$)

DESPESAS DE CAPITAL

Nome do Favorecido	Classificação da Despesa	Documento			Pagamento		Valor (R\$)
		Tipo	Número	Data	nº ch/ ob	Data	
Total							

DESPESAS CORRENTES

Nome do Favorecido	Classificação da Despesa	Documento			Pagamento		Valor (R\$)
		Tipo	Número	Data	nº ch/ ob	Data	
Total							

Nota: Relacionar os documentos individualmente

Nome do Responsável:
Cargo/ Matrícula:
Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FAS
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Relatório de Atendimento

Termo de Convênio N.º:	Mantenedora:		
	Executor:		
Projeto:	Modalidade de Atendimento:	Mês/ Ano:	
	Nome do beneficiário	Ingresso	Desligamento
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			

Declaro, sob as penas da Lei, a inteira responsabilidade pela veracidade das informações contidas neste relatório.

Local e Data: Caxias do Sul, _____ de 20____.

Assinatura do Presidente da Entidade Conveniada

la